

Mensagem nº 184

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Os méritos do Senhor Rodrigo de Lima Baena Soares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO

Aviso nº 228 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES*

CPF.: 342.835.101-06

ID.: 7630 MRE

1963 Filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares, nasce em 11 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1986 CPCD - IRBr
1988 CAD - IRBr
2001 Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris/FR
2007 CAE - IRBr, Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro.

Cargos:

1987 Terceiro-Secretário
1994 Segundo-Secretário
1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
2003 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1988-90 Secretaria de Controle Interno, assessor
1990-92 Presidência da República, Oficial de Gabinete
1992-95 Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1995-96 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
1996-2000 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
2000-03 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
2003-06 Presidência da República, Porta-Voz Adjunto e Secretário de Imprensa adjunto
2006-09 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2009-11 Presidência da República, Assessor Especial
2011-12 Presidência da República, Porta-Voz
2012- Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor Especial
2013 III Diálogo Político-Estratégico Brasil-Canadá, Chefe de delegação
2013 Comissão Mista da Indústria de Defesa, Representante do Itamaraty
2013 X Diálogo Político-Estratégico Brasil-EUA, Chefe de delegação
2013 IV Diálogo Estratégico Brasil-França, Chefe de Delegação
2014 IX Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-americano, Chefe de delegação

Condecorações:

1990 Medalha Santos Dumont, Brasil
1990 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
1991 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial
1998 Ordre du Mérite, França, Cavaleiro

2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

2013 Medalha da Vitória, Brasil

Publicação:

2011 Política Externa e Mídia, in Política Externa,v 20, número 2

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

Moçambique



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL

República de Moçambique

GENTÍLICO	moçambicano
CAPITAL	Maputo
ÁREA	799.380 km²
POPULAÇÃO	25,8 milhões
IDIOMAS	português (oficial), emakhuwa (26,1%), xichangana (11,3%), entre outros.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	católicos (28,4%), protestantes (27,7%), muçulmanos (17,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia da República; Parlamento unicameral, composto por 250 membros, eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	PR Filipe Jacinto Nyusi (desde jan/2015)
CHEFE DE GOVERNO	PM Carlos Agostinho do Rosário (desde jan/2015)
CHANCELER	Oldemiro Balói (desde mar/2008)
PIB	US\$ 16,590 bilhões (2014, FMI)
PIB PPP	US\$ 29,757 bilhões (2014, FMI)
PIB <i>per capita</i>	US\$ 626 (2014, FMI)
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 1.123 (2014, FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	7,5% (estimado, 2014); 7,4% (2013); 7,1% (2012); 7,4% (2011); 7,1% (2010)
IDH (2013)	0,327 (185º entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	50,7 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO	56,1% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	22,5% (PNUD, relatório de 2013)
UNIDADE MONETÁRIA	Metical
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Manuel Tomás Lubisse (desde jan/2013)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Cerca de 3.500 cidadãos brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Moçambique	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	35.228	27.300	32.389	110.240	42.380	85.277	146.459	148.561	74.068
Exportações	35.212	27.300	32.387	108.118	40.377	81.183	122.309	123.852	63.861
Importações	16	0	2	2.122	2.002	4.094	24.150	24.709	10.207
Saldo	35.196	27.300	32.385	105.995	38.375	77.089	98.159	99.143	53.654

Informação elaborada em 05/03/2015, pelo TS João Marcelo Costa Melo, revisada pelo Conselheiro Pedro Escosteguy Cardoso.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Filipe Jacinto Nyusi

Presidente da República



Nascido em 9/2/1959, na província de Cabo Delgado, Filipe Jacinto Nyusi formou-se em Engenharia Mecânica (na antiga Tchecoslováquia) e Administração (Universidade de Manchester, Inglaterra). Foi diretor-executivo da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresa pública que gere os sistemas ferroviário e portuário do país, havendo sido indicado para o conselho diretor da companhia em 1995.

Foi presidente (1993-2002) do [Clube Ferroviário de Nampula](#), time da primeira divisão do futebol moçambicano. Exerceu ainda a função de leitor na Universidade de Pedagogia de Nampula, ademais de ser membro do Comitê Nacional dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, organização dedicada à preservação e ao estudo da memória da luta anticolonial moçambicana.

Foi indicado para Ministro da Defesa em 2008. Em 2012, foi eleito para o Comitê Central da Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique. Em março de 2014, foi escolhido – com o apoio do Presidente Armando Guebuza- candidato da Frelimo à presidência de Moçambique nas eleições gerais de outubro.

Eleito em outubro de 2014, tomou posse em janeiro de 2015.

Carlos Agostinho do Rosário
Primeiro-Ministro



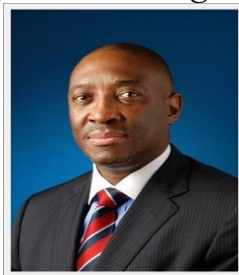
Nasceu em 26/10/1954, na cidade de Maxixe, província de Inhambane. É filho de Agostinho Juisse e Rosa Sechene. Graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (Maputo), possui Mestrado em Economia aplicada na área de Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural (Universidade de Londres).

Até o momento de sua designação para Primeiro-Ministro, ocupava o cargo de Embaixador de Moçambique na Indonésia, Timor-Leste, Malásia, Tailândia e Cingapura. Anteriormente, foi Embaixador na Índia, Ministro da Agricultura e Governador da Província da Zambézia.

Tomou posse em janeiro de 2015.

Oldemiro Balói

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação



Nasceu em 9/4/1955, em Maputo. É cristão membro da igreja presbiteriana.

É graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e Mestre em Economia Financeira pela Universidade de Londres. Personalidade de grande destaque no cenário político moçambicano, foi Ministro da Indústria, Comércio e Turismo; Vice-Ministro da Cooperação; Coordenador da Comissão Nacional do Programa de Emergência; e Diretor do Gabinete de Cooperação dos Programas de Importação.

A partir de 2003, exerceu a função de Administrador Executivo do Banco Internacional de Moçambique. Cumulativamente, foi Presidente da SADC Banking Association e Vice-Presidente da Associação Moçambicana de Bancos.

Assumiu a Pasta dos Negócios Estrangeiros em 2008 e foi reconduzido ao cargo em janeiro de 2015.

O Brasil reconheceu a independência de Moçambique em 15 de novembro de 1975, mesmo ano de sua proclamação. Em 1976, foi criada a Embaixada do Brasil em Maputo. Em 1980, o Chanceler Saraiva Guerreiro visitou Moçambique e, em 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique em Brasília.

A partir de 2000, iniciou-se uma série de visitas de alto nível, que intensificaram o relacionamento entre os dois países. O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Moçambique três vezes (2003, 2008 e 2010). Foram realizadas visitas presidenciais moçambicanas ao Brasil em 2001, 2004 (Joaquim Chissano), 2007 e 2009 (Armando Guebuza).

Mais recentemente, os Chanceleres dos dois países encontraram-se em jun/11, por ocasião da vinda ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Oldemiro Balói. Em out/11, a Presidenta Dilma Rousseff realizou visita oficial a Maputo e participou das cerimônias de celebração dos 25 anos de falecimento de Samora Machel (um dos grandes líderes na luta pela independência moçambicana).

Em abr/12, o então Primeiro-Ministro moçambicano Aires Ali veio ao Brasil, acompanhado de comitiva integrada pelo Ministro do Turismo e os Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Educação, da Administração Estatal e da Agricultura.

Por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (jul/2012), o Vice-Presidente Michel Temer realizou visita a Maputo. Além de participar de encontros no âmbito da CPLP, Temer ocupou-se de intensa agenda bilateral, que incluiu cerimônia de finalização das obras e lançamento da fase de operação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos.

Em 2013, a Presidenta Dilma Rousseff encontrou-se com seu homólogo moçambicano às margens da V Cúpula dos BRICS, que teve lugar em Durban. No mesmo ano, o então Chanceler Antonio Patriota manteve encontro com o Ministro Oldemiro Balói em Maputo, à margem de Cúpula Ministerial da CPLP.

Em agosto de 2014, Filipe Nyusi, então candidato à Presidência de Moçambique, realizou visita ao Brasil. Conforme o próprio Nyusi, sua visita cumpria o papel de apresentar sua candidatura às autoridades políticas brasileiras e de trazer mensagem de confiança aos parceiros políticos e empresariais, afirmando que não haveria alterações na ideologia e agenda política do país. Durante os encontros que manteve, afirmou que priorizaria o desenvolvimento econômico, como forma de reduzir a pobreza e promover o bem-estar da população. Disse, nesse contexto, que especial enfoque seria dado à agricultura, setor que acredita ser capaz de gerar elevado número de empregos. Para tanto, desejaria o fortalecimento do vínculo com o Brasil no sentido da mecanização e absorção de novas tecnologias pelo campo, como forma de aumentar a produtividade agrícola moçambicana e, em consequência, a produção de mais alimentos para a população.

Cooperação

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da ABC, cobrindo áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros) e incluindo algumas das iniciativas de cooperação de maior vulto já lançadas pelo Brasil. A cooperação bilateral envolve projetos estruturantes tais como o “Projeto da Universidade Aberta em Moçambique” e a “Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos”. Além de diversos outros projetos nas áreas de saúde e educação, a pauta bilateral conta, também, com projetos relacionados ao desenvolvimento urbano; à constituição de sistema de previdência social no país; à implantação de centro de formação profissional; à implementação de sistema de arquivos históricos e à formação de magistrados.

No âmbito dos **projetos regionais**, cabe citar programa regional de fortalecimento do setor algodoeiro em Moçambique e Malauí, ação desenvolvida com recursos originários da resolução do contencioso Brasil/EUA na Organização Mundial do Comércio.

Na pauta **trilateral** com organismos multilaterais, cabe destaque ao projeto de apoio ao desenvolvimento do programa nacional de alimentação escolar do país, implementado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Com o PMA e FAO, entre 2011 e 2014 o Brasil contribuiu para a implementação, em Moçambique, de plano piloto do projeto “PAA África - Purchase from Africans for Africa”. O objetivo é promover programas de compras locais de alimentos para cooperação alimentar por meio de projetos conjuntamente concebidos e executados, com o engajamento da sociedade civil, dos Governos e das Nações Unidas. Trata-se de compromisso assumido em 2010 durante o Diálogo Brasil - África.

As ações trilaterais com países desenvolvidos, sob a coordenação da ABC, incluem iniciativas conjuntas com os governos da Alemanha, dos Estados Unidos, da Itália e do Japão.

Com a Alemanha, destacam-se projetos de apoio ao fortalecimento do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) e da gestão de risco de calamidades. Com a Itália, projeto conjunto prevê ações de regularização e urbanização integrada no bairro de Chamanculo “C”, em Maputo. A ABC coordena igualmente a execução de dois projetos em parceria com o governo dos EUA, um dos quais apoia o Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique. O outro projeto conjunto, executado pela EMBRAPA, tem por objetivo fortalecer as capacidades estratégicas de produção e distribuição de produtos agroalimentares em Moçambique. Cabe registrar que, no final de 2014, foi encerrado projeto conjunto com os EUA de apoio ao desenvolvimento da Plataforma para a Inovação Agropecuária, orientado ao sistema nacional de pesquisa moçambicana. O ProSavana, desenvolvido em conjunto com o Governo japonês, visa a contribuir para o desenvolvimento agrícola e rural na região do Corredor de Nacala.

Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos - Inaugurada em jul/2012, quando da visita do Sr. Vice-Presidente a Maputo (IX Cúpula da CPLP),

a fábrica reveste-se de especial relevância política para o Governo brasileiro. Beneficia-se da transferência de tecnologia de Farmanguinhos e da capacitação técnica fornecida pela ABC. O Governo brasileiro já investiu US\$ 12 milhões no projeto, e a Vale Moçambique US\$ 4,25 milhões.

UAB MOÇAMBIQUE - EM 2010, FORAM IMPLANTADOS TRÊS POLOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL EM MOÇAMBIQUE. AS AULAS DOS QUATRO PRIMEIROS CURSOS DE GRADUAÇÃO (PEDAGOGIA, MATEMÁTICA, BIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) COMEÇARAM EM MARÇO DE 2011, NAS CIDADES DE MAPUTO, BEIRA E LICHINGA, ATENDENDO A CERCA DE 600 ESTUDANTES. SÃO PARCEIRAS DO PROJETO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E A UNILAB. EM 2013, ACORDOU-SE A EXPANSÃO DO PROGRAMA COM A CRIAÇÃO DE SEIS NOVOS POLOS.

ProSavana - Inspirado no PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), o ProSavana é resultado de parceria entre os Governos brasileiro, moçambicano e japonês, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do Corredor de Nacala, implantando-se, na região, agricultura competitiva, socialmente inclusiva e ambientalmente responsável. O programa está alicerçado em três projetos. O ProSAVANA-PI está voltado para o fortalecimento da capacidade de pesquisa e de difusão de soluções tecnológicas disponibilizadas nos Centros Zonais de Investigação Agrária Nordeste e Noroeste. O ProSAVANA – Plano Diretor visa à elaboração de estudos para formulação de um plano diretor orientado ao desenvolvimento da agricultura que contribua para o desenvolvimento econômico e social através da promoção de investimentos em sistemas produtivos sustentáveis e da redução da pobreza no Corredor de Nacala. O ProSAVANA-Extensão tem o objetivo de incrementar a capacidade das instituições moçambicanas de extensão rural.

Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) - O PEC-G oferece vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas, a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia. Entre 2005 e 2015, 116 estudantes moçambicanos fizeram uso do programa. O PEC-PG oferece bolsas de estudo para estrangeiros de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) oferecidos no Sistema Educacional Brasileiro. Entre os países africanos

participantes do PEC-PG, Moçambique submete o maior número de candidaturas. Desde 2005, 260 moçambicanos foram contemplados.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira em Moçambique cresceu sensivelmente, nos últimos anos, especificamente como resultado da intensificação das atividades das empresas brasileiras instaladas naquele país. Os brasileiros são hoje cerca de 3500 pessoas, a grande maioria cadastrada na Embaixada. Estimando-se casos de brasileiros não cadastrados, residentes em locais distantes e sem qualquer contato com o Posto, esse número pode chegar a cerca de 5 mil. Os maiores núcleos de brasileiros em Moçambique encontram-se na capital Maputo, em Tete (em torno da mineração da Vale, em Moatize), e, mais recentemente, em Nacala (em função das obras no Aeroporto de Nacala, executadas pela Odebrecht). Trata-se de uma comunidade diversa, em termos de formação acadêmica, perfil profissional, tipo de atividade exercida, poder aquisitivo e identidades sociais, regionais e religiosas. Em consequência do crescimento e da dimensão da comunidade brasileira instalada, temporária ou permanentemente, em Moçambique, é intensa a atividade no setor consular da Embaixada em Maputo.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Moçambique é um tradicional e importante beneficiário do sistema brasileiro de créditos oficiais às exportações. Atualmente, há quatro projetos em Moçambique com financiamento oficial brasileiro aprovado: Aeroporto de Nacala; Transportes Públicos Maputo-Matola - BRT; Zona Franca Industrial de Nacala; e Barragem de Moamba Major. O Programa Mais Alimentos Internacional também conta com financiamento oficial brasileiro aprovado.

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. No entanto, o país viu-se mergulhado em guerra civil que opôs a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) ao Governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) até 1992, quando se assinou Acordo de Paz.

O fato de o Acordo de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu prestígio internacional ao país. A realização de eleições multipartidárias (1994, 1999, 2004 e 2009) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; a crescente liberdade de expressão, religiosa e de associação; e o satisfatório desempenho da economia moçambicana

consolidaram a posição de Moçambique como país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Apesar desse cenário positivo, permaneciam desentendimentos entre a FRELIMO e a RENAMO (maior partido de oposição) em torno de temas considerados sensíveis por esta: reintegração de oficiais desmobilizados do exército, despartidarização do aparelho estatal e reforma da Comissão Nacional de Eleições. Com o objetivo de forçar o Governo de Moçambique a abrir negociação sobre os referidos temas, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, acamou-se, em out/2012, em antiga base militar do partido, no Distrito de Gorongosa, Província de Sofala.

Em dez/2012, o Governo aceitou instituir mecanismo de diálogo com a RENAMO, formando-se comissão de alto nível, chefiada pelo Ministro da Agricultura. As reuniões, porém, vinham sucessivamente terminando em impasse. As divergências acabaram ganhando contornos belicosos, tendo a RENAMO adotado estratégia de ataques pontuais a estradas e postos policiais. Os enfrentamentos atingiram seu ápice em out/2013. Em resposta a ataques da RENAMO, forças governamentais cercaram e tomaram a base daquele partido na Gorongosa.

Interrompido desde então, as partes retomaram, em jan/2014, o diálogo político. Em mar/2014, chegou-se a acordo sobre legislação eleitoral, que amplia a Comissão Nacional de Eleições e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (de modo que suas direções sejam compostas por integrantes da FRELIMO, RENAMO e MDM). Em ago/14, Governo e RENAMO concluíram três instrumentos com vistas a pôr termo às diferenças entre as partes e conduzir à cessação das hostilidades (memorando de entendimento, garantias de implementação dos consensos alcançados e termos de referência dos observadores internacionais). Os Chefes das Delegações para as negociações – José Pacheco (Governo) e Saimone Macuaine (RENAMO) – assinaram, em 24/8, declaração de cessação de hostilidades militares, o que abriu caminho para a implementação dos instrumentos consensuados, ratificados em set/2014.

Em out/2014, realizaram-se as eleições presidenciais e legislativas em Moçambique. O candidato da FRELIMO (partido governista), o ex-Ministro da Defesa Filipe Nyusi sagrou-se vencedor com 57% dos votos. Afonso Dhlakama, candidato do principal partido opositor (RENAMO), foi o segundo com 37%. O novo presidente tomou posse em janeiro de 2015. Oldemiro Baloi continua como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, cargo que ocupa desde 2008.

Os resultados foram contestados pela RENAMO, e Dhlakama iniciou périplo pelas províncias do centro-norte do país para convencer a população local da ocorrência de fraudes eleitorais e propor a formação de um “governo de gestão” de forma a garantir que o país “não seja governado por aqueles que roubaram votos ou aqueles que se beneficiaram de votos roubados”. Anunciou, ainda, que os deputados eleitos do partido (89 ao todo) não tomariam posse.

O cenário politicamente adverso, porém, foi revertido já em fevereiro, tendo o PR Filipe Nyusi se avistado por duas vezes com Dhlakama. A realização das duas reuniões é considerada vitória política do Presidente Nyusi. Vinte e três dias após tomar posse e prometer, em seu discurso inaugural, orientar-se pelo diálogo e pela inclusão, Nyusi logrou não apenas que Dhlakama interrompesse seu périplo pelo norte de Moçambique e se deslocasse a Maputo para encontrá-lo, mas, também, que o Presidente da RENAMO anunciasse, ao contrário do que havia afirmado nos últimos dias, que os deputados do partido tomariam posse (o que, de fato, ocorreu naquele mesmo mês).

Registre-se, por fim, que, apesar do anterior cenário de enfrentamentos pontuais entre o Governo e a RENAMO, sempre se considerou remota a possibilidade de retorno à guerra civil em Moçambique. Ademais, a expectativa é a de que o país não venha a conhecer maiores turbulências políticas ou econômicas proximamente. Por um lado, a vitória da FRELIMO nas eleições de outubro permite inferir que não haverá mudanças institucionais profundas no futuro próximo. Por outro lado, o crescimento do PIB do país, em torno de 7% desde 2008, deverá manter-se no mesmo patamar pelos próximos anos, o que certamente ajuda a manter o cenário de estabilidade.

Poder legislativo

A Assembleia da República (unicameral), conta com 250 parlamentares, eleitos por mandatos de 5 anos, em eleições diretas realizadas concomitantemente com as eleições presidenciais (as próximas serão em 2019).

POLÍTICA EXTERNA

No âmbito regional, Moçambique se projeta pelo apoio que prestou à luta pela independência de Zimbábue, Namíbia e Angola e contra o *apartheid* sul-africano, bem como por sua experiência em reconstrução pós-conflito.

Destaca-se, entre os objetivos da política externa moçambicana, o estabelecimento de parcerias estratégicas, com vistas a angariar recursos para a implementação de um Programa de Governo para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

As mais importantes iniciativas em política externa estão, assim, voltadas para a promoção de investimentos e a manutenção das ajudas diretas que permitam ao Estado moçambicano manter o equilíbrio orçamentário e os investimentos sociais. São também buscadas formas de favorecer a transferência de tecnologias, a capacitação e a formação especializada de quadros.

África

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, a dependência econômica

acentuada de Moçambique em relação a seu vizinho determinou a elevação da África do Sul a principal parceiro de Moçambique no contexto africano.

O Zimbábue é parceiro e aliado histórico de Moçambique. A estabilidade política e desenvolvimento do vizinho interessa a Maputo. Dificuldades econômicas no país vizinho em anos recentes provocaram a redução da utilização do corredor da Beira, por onde são escoadas as exportações zimbabuanas, provocando perda de receitas para Moçambique.

À semelhança do Zimbábue, o Maláui também depende de Moçambique para o escoamento de seu comércio exterior, fazendo da questão fronteiriça e do acesso ao oceano via portos moçambicanos tema central da relação bilateral. Nesse contexto, a conexão ferroviária do Corredor de Nacala (projeto do qual a VALE participa como sócia majoritária) representa contribuição importante para a integração entre os dois países. O projeto prevê a construção de ferrovia ligando as minas de carvão de Moatize, no norte de Moçambique, ao Porto de Nacala, naquele país, passando pelo território do Maláui.

Países desenvolvidos

Os principais parceiros internacionais de Moçambique estão agrupados nos chamados Parceiros de Apoio Programático (PAP), ou G-19, responsáveis pelo apoio direto ao orçamento moçambicano. Integram o grupo: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Países Baixos, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Comissão Europeia. Estados Unidos, Japão, FMI e PNUD são observadores.

Estados Unidos e Japão, embora não façam parte do G-19 (não praticam doações orçamentárias diretas), estão entre os principais provedores de cooperação a Moçambique. Os EUA são o maior colaborador individual de Moçambique. Já o montante da doação japonesa rivaliza com o orçamento de cooperação dos principais membros do G-19.

CPLP

Moçambique é membro fundador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A organização é tratada com prioridade pelo Governo moçambicano e sempre citada como critério de preferência de Moçambique em apoios a candidaturas brasileiras em foros internacionais. O Embaixador moçambicano Murade Isaac Miguigy Murargy assumiu a função de Secretário-Executivo da CPLP em set/2012. Murargy era, até o momento de sua eleição para o referido cargo, Embaixador de Moçambique em Brasília.

SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral é a organização regional de maior importância para Moçambique. O país exerceu a presidência

rotativa da SADC entre 2012 e 2013 e participa ativamente do encaminhamento das questões regionais na Organização. O ex-Presidente Joaquim Chissano cumpriu, recentemente, a função de mediador da Organização para Madagascar, na etapa final da longa crise política (2009-2014) naquele país, encerrada com o retorno à normalidade constitucional em 2014.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a economia moçambicana registrou crescimento sustentado. No triênio 2011-2013, as taxas de crescimento foram superiores a 7% a.a. Dados do FMI mostram que, em 2014, o país cresceu 8,3%, tendo o PIB nominal atingido US\$ 16,590 bilhões. O PIB *per capita* ainda é considerado baixo, limitando-se a US\$ 626. A última estimativa do FMI mostra que o país continuará crescendo em ritmo acelerado no biênio 2015-2016, em torno de 8,2% a.a. A economia é fortemente baseada em recursos minerais, cuja exploração é estimulada por meio de vultosos fluxos de investimentos estrangeiros. A recente aprovação de cinco leis que criaram um novo marco regulatório para os setores de mineração e petrolífero deverá contribuir para sustentar as significativas taxas de expansão no médio e longo prazo.

Moçambique é hoje considerado, do ponto-de-vista econômico, país relativamente estável, apesar da vulnerabilidade que há nos setores de alimentos e emprego. Essas vulnerabilidades atingem de forma mais aguda as camadas empobrecidas das periferias urbanas, em condição de insegurança alimentar, desemprego e exclusão social.

O principal desafio econômico tem sido, portanto, o de disseminar a toda a sociedade os benefícios do alto crescimento econômico havido nas últimas décadas. A necessidade de inclusão e de políticas que redistribuam a riqueza, em particular aquela gerada por projetos extrativistas em curso no país – responsáveis pelas taxas excepcionais de crescimento – tem sido apontada como ponto fundamental para o desenvolvimento sustentável do país e a estabilidade social.

Moçambique tem sido importante destino de investimentos. Fortes investimentos externos, sobretudo no setor de mineração, contribuíram para contrabalançar os efeitos adversos da crise internacional, dinâmica que tende a manter-se em função das recentes descobertas de grandes reservas de gás natural no Norte do país, na bacia do rio Rovuma.

Há importante oportunidade para investimentos brasileiros no setor de produção e transmissão de energia. Moçambique está entre os países de maior potencial energético da África. Ainda assim, calcula-se que apenas 22% da população moçambicana tenha acesso a energia elétrica e, dos 128 distritos do país, 22 ainda não são servidos de energia elétrica. Fontes de energia não-renováveis e renováveis, juntas, podem chegar a um potencial de 18.000 MW.

O país tem o segundo maior potencial de produção de energia hidrelétrica da região austral do continente africano e conta com vastas reservas de carvão e promissoras reservas de gás natural. Moçambique tem, também, grande potencial inexplorado de energia renovável (eólica, solar e biomassa).

Entre os setores da indústria em que se estima ter havido maior crescimento em 2014 e que, portanto, poderão significar oportunidade para investimentos brasileiros, estão: fabricação de cimento (11,9%); fabricação de produtos metálicos, máquinas e equipamentos (10,9%); indústrias alimentares e de bebidas (9,8%); indústria do tabaco (8,9%); fabricação de mobiliário e outras indústrias transformadoras (7,9%); indústria metalúrgica de base (3,3%); fabricação de produtos químicos (1,1%); fabricação de artigos de borracha e material plástico (0,9%); fabricação de máquinas e aparelhos elétricos (0,6%); edição, impressão e reprodução (0,4%); fabricação de papel, cartão e seus artigos (0,2%); fabricação de têxteis (0,1%); indústria de vestuário (0,1%); e fabricação de calçados (0,1%).

A produção de alimentos e bebidas foi influenciada pelo aumento do beneficiamento de cereais e da produção de óleos, de produtos de pastelaria e de alimentos para animais. Prevvia-se, também, em 2014, investimentos para a implantação de novas fábricas de processamento de arroz, de algodão e de milho e para a produção de óleo de soja, de cerveja e de refrigerantes.

Há ainda grandes oportunidades no setor de infraestrutura e logística em Moçambique. O país é escoadouro natural da produção mineral e agrícola da África meridional, tanto por conta de seus rios, que fluem no sentido interior-litoral, quanto pela existência de “portos naturais” na costa moçambicana (Maputo, Beira e Nacala). De acordo com avaliações recentes sobre as perspectivas de crescimento econômico da África Austral, o potencial esgotamento da capacidade portuária da África do Sul (Durban, o maior “hub” marítimo do Oceano Índico, é porto urbano, com sérias limitações à sua expansão) torna Moçambique a alternativa estratégica vital da região. Nesse sentido, projetos de infraestrutura que potencializem as vantagens logísticas naturais do território moçambicano podem ser considerados altamente atrativos.

Comércio

Entre 2004 e 2013, as exportações de bens de Moçambique registraram expansão de 168%, passando de US\$ 1,504 bilhão para US\$ 4,024 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro de 2014, as vendas externas cresceram 9,1% sobre a base homóloga de 2013, atingindo US\$ 3,260 bilhões. Os principais mercados de destino das exportações, no acumulado até setembro de 2014, foram: Países Baixos (25,1% do total); África do Sul (19,2%); Cingapura (9,1%); Índia (8,5%); China (5,3%); Reino Unido (3,7%); Zimbábue (2,9%). O Brasil foi o 15º destino, com margem de 1,1% no total. Em relação à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais produtos da pauta moçambicana, no acumulado até setembro de 2014: alumínio (28,3% do total); combustíveis e lubrificantes (27,8%); produtos diversos da indústria química (12,2%); tabaco e sucedâneos (4,9%); minérios (4,1%); madeira (2,8%); algodão (2,4%); frutas (2,3%); açúcar (2,0%).

Ao longo dos dez anos compreendidos entre 2004 e 2013, as importações cresceram 396% passando de US\$ 2,035 bilhões, no primeiro ano da série histórica, para o nível de US\$ 10,099 bilhões em 2013. No acumulado de janeiro a setembro

de 2014, os principais fornecedores de Moçambique foram: África do Sul (31,2% de participação); Bareine (7,7%); China (7,3%); Países Baixos (6,8%); Portugal (4,7%); Emirados Árabes (4,5%); Índia (3,1%). O Brasil ocupou a 16ª posição, com margem de 1,0% no total adquirido por Moçambique. Ainda com relação ao acumulado de 2014, foram os seguintes os principais produtos da importação global do país: combustíveis e lubrificantes (18,1% do total); máquinas e aparelhos mecânicos (14,0%); veículos e autopeças (9,7%); máquinas e instrumentos elétricos (7,9%); alumínio (7,2%); cereais (4,6%); obras de ferro fundido, ferro ou aço (4,4%).

A balança comercial de Moçambique é estruturalmente deficitária. Nessas condições, em 2013, o déficit em transações comerciais de bens sofreu deterioração, atingindo o valor de US\$ 6,075 bilhões. No acumulado até setembro de 2014, as importações excederam as exportações mais uma vez e, assim, o déficit moçambicano foi de US\$ 3,132 bilhões.

Comércio exterior bilateral

De 2005 a 2014, o **comércio bilateral entre o Brasil e Moçambique** cresceu 162%, evoluindo de US\$ 28,3 milhões, para US\$ 74,1 milhões. Em 2014, o intercâmbio registrou, todavia, forte retração de 50,1% em comparação a 2013. No período analisado, as trocas comerciais refletiram basicamente os valores das exportações, uma vez que as importações brasileiras originárias de Moçambique tiveram pouca representatividade. Os resultados da balança comercial entre os dois países são, portanto, tradicionalmente favoráveis ao Brasil, e, no último triênio os superávits foram de US\$ 98,1 milhões (2012); US\$ 99,1 milhões (2013); e US\$ 53,6 milhões (2014). O superávit em 2014 foi, contudo, 45,9% inferior ao apurado no ano anterior. Entre janeiro e fevereiro de 2015 as trocas somaram US\$ 21,3 milhões, uma expansão de 141,6% em relação a igual período de 2014.

Entre 2005 e 2014 as **exportações** brasileiras para Moçambique cresceram 126%, evoluindo de US\$ 28,2 milhões, em 2005, para US\$ 63,9 milhões, em 2014. Em 2014, todavia, as vendas experimentaram forte retração de 48,4%, em comparação ao ano anterior, que pode ser explicada pela descontinuidade nos embarques de locomotivas e de trigo em grão. No primeiro bimestre de 2015 as exportações cresceram 200,2% em relação ao mesmo período de 2014. Os principais produtos exportados no ano de 2014 foram: (i) carnes de frango (valor de US\$ 11,5 milhões, equivalentes a 18,0% do total); (ii) talas de junção de ferro e aço (valor de US\$ 5,4 milhões; ou 9,1%); (iii) transformadores de potência superior a 650 kva (valor de US\$ 3,1 milhões; ou 4,8%); (iv) material fixo para vias férreas (valor de US\$ 2,7 milhões; ou 4,3%); (v) farinhas, pós ou "pellets" de carnes, impróprios para alimentação humana (valor de US\$ 2,4 milhões; ou 3,8%).

Entre 2005 e 2008 as **importações** brasileiras originárias de Moçambique mostraram-se muito discretas, não ultrapassando o patamar de US\$ 20 mil. De 2009 a 2014, entretanto, as compras cresceram 381,0%, passando de US\$ 2,1 milhões, no ano de 2009, para US\$ 10,2 milhões em 2014. Os melhores

desempenhos das importações ocorreram nos anos de 2012 e 2013, quando alcançaram o valor de US\$ 24,2 milhões, e de US\$ 24,7 milhões, respectivamente. Em 2014 as compras decresceram 58,7% em relação ao ano anterior em decorrência do recuo nas aquisições de carvão mineral/hulha betuminosa. Entre janeiro e fevereiro de 2015 as importações sofreram forte retração de 67,7% em relação ao primeiro bimestre do ano anterior. Os principais produtos importados em 2014 foram: (i) carvão mineral/hulha betuminosa (valor de US\$ 8,3 milhões; equivalentes a 80,9% do total); (ii) tabaco não manufaturado do tipo "Burley" (valor de US\$ 1,9 milhões; ou 18,8%); (iii) pedras preciosas/semipreciosas, em bruto, serradas (valor de US\$ 32,0 mil; ou 0,3% do total).

O **cruzamento estatístico** entre a pauta exportadora brasileira e importadora de Moçambique em 2013 (fonte: *TradeMap/UNCTAD, últimos dados anuais disponíveis*), identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local são os seguintes: (i) alumínio em forma bruta; (ii) veículos para transporte de mercadorias; (iii) arroz; (iv) medicamentos; v) telefones celulares; (vi) tratores rodoviários; (vii) óleo de dendê; (viii) construções de ferro ou aço; (ix) óleo de soja em bruto; (x) partes para guindastes, bulldozers e máquinas niveladoras.

Investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é marcante e tende a continuar crescendo. As principais empresas brasileiras atuantes em Moçambique são: Vale, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Fidens e Eletrobrás.

Dentre os projetos, destaca-se o da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa (na região de Tete, no centro-oeste de Moçambique). A CAMARGO CORRÊA, a ELETROBRAS e a estatal moçambicana EDM (Eletricidade de Moçambique) formaram o consórcio HMNK para construir e operar a hidrelétrica de Mphanda Nkuwa.

Vale – presente em Moçambique desde 2004. O foco principal de seus investimentos no país gira em torno da exploração de uma das maiores reservas carboníferas do mundo (Moatize), cujo investimento total (incluindo projetos de infraestrutura no âmbito do Corredor de Nacala - ferrovia ligando Moatize ao Porto da vila de Nacala-a-Velha), chegará a cerca de US\$ 10 bilhões nos próximos anos.

Camargo Corrêa – tem interesse na construção da usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa. Após a aquisição da CIMENTOS DE PORTUGAL, passou a controlar a CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE e a CIMENTOS DE NACALA, dominando o mercado moçambicano de cimento. A empresa é também parceira da Vale no projeto de desenvolvimento do Corredor de Nacala.

Odebrecht – responsável pelo projeto de conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional – inaugurado em dez/2014 – e por obras de

infraestrutura urbana na Zona Franca de Nacala. Deverá construir, ainda, 30 km de linhas viárias de alta velocidade ("Bus Rapid Transit - BRT"), que passarão pelas cidades de Maputo, Matola, Boane e Marracuene. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize.

Andrade Gutierrez e Fidens – Consórcio formado pelas duas empresas brasileiras construirá a represa de Moamba Major. O Grupo Andrade Gutierrez, por intermédio da construtora portuguesa Zagope, também é responsável por obras de rodovias em Moçambique.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1962	Nacionalistas moçambicanos exilados reúnem-se na Tanzânia e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Eduardo Mondlane.
1974	Revolução dos Cravos em Portugal. Novo governo português concorda com o fim do império. Portugal e FRELIMO assinam o Acordo de Lusaca.
1975	Moçambique se torna independente. A FRELIMO governa o país sob regime de partido único. Samora Machel é o Presidente da República.
1976	A capital Lourenço Marques passa a ser chamada Maputo. Forças da RENAMO, grupo de oposição à FRELIMO, são armadas e treinadas pelo Governo segregacionista de Ian Smith (Rodésia). Moçambique impõe sanções econômicas à Rodésia.
1977	A FRELIMO adota a doutrina marxista-leninista.
1980	Com o fim do regime de Ian Smith na Rodésia, a RENAMO passa a ser apoiada pela África do Sul.
1984	O cessar-fogo é rompido e a RENAMO retoma as hostilidades.
1986	PR Samora Machel morre e é substituído por Joaquim Chissano.
1989	A FRELIMO abandona o marxismo.
1990	O Governo emenda a constituição e estabelece o multipartidarismo. Têm início as negociações entre o Governo e a RENAMO.
1992	PR Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhaklama, assinam Acordo de Paz em Roma; estabelecida Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ).
1994	Chissano é reeleito.
1995	Moçambique se torna membro da <i>Commonwealth</i> .

Dez/99	Chissano derrota Dhaklama nas eleições presidenciais.
Jun/02	Chissano anuncia que não concorrerá a um terceiro mandato e a FRELIMO escolhe Armando Guebuza, veterano da independência, como candidato em 2004.
Fev/05	Guebuza vence Afonso Dhlakama nas eleições; na posse, o Governo brasileiro é representado pelo ex-Vice-Presidente José Alencar.
Jul/06	Banco Mundial cancela a maioria da dívida de Moçambique.
Fev/07	PR Hu Jintao visita Maputo e promete linha de crédito especial para as áreas de saúde, agricultura e infraestrutura.
Out/09	Eleições presidenciais, parlamentares e provinciais; Guebuza é reeleito.
Out/12	O líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, aquartela-se em antiga base militar do partido
Dez/2012	Governo aceita instituir mecanismo de diálogo com a RENAMO, porém diálogo esbarra em impasses.
Out/2013	Enfrentamentos entre a RENAMO e o governo atingem seu ápice.
Jan/2014	Retomada do diálogo político entre governo e RENAMO.
Ago/2014	Governo e RENAMO assinam declaração de cessação de hostilidades.
Out/2014	Realizam-se eleições presidenciais e legislativas em Moçambique.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	Moçambique conquista a independência (25/jun); Brasil e Moçambique estabelecem relações diplomáticas (31/dez).
Jan/76	Abertura da Embaixada do Brasil em Maputo.
Jun/80	Visita do Ministro Saraiva Guerreiro a cinco países africanos, incluindo Moçambique.
Jan/98	Abertura da Embaixada de Moçambique no Brasil.
Jul/00	Visita oficial do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a Maputo (III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP).
Jun/01	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília; o Presidente moçambicano participou também da Cúpula do Mercosul,

	em Assunção.
Ago/02	Visita do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília (IV Cúpula da CPLP).
Mar/03	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Nov/03	Visita oficial do ex-Presidente Lula a Maputo. Assinado o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos.
Ago-set/04	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília, quando foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 280 milhões.
Mar/05	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Set/07	Visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, na condição de convidado de honra nas comemorações do Dia da Independência.
Set/08	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/08	Visita do ex-Presidente Lula a Maputo; inauguração da sede provisória do Escritório da FIOCRUZ-África.
Jul/09	Visita do PR Guebuza ao Brasil.
Dez/09	Aprovação pela CAMEX e pelo COFIG de mecanismo de financiamento do BNDES para obras de infraestrutura em Moçambique, no valor de US\$ 300 milhões.
Jun/10	V Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Nov/10	Visita do ex-PR Lula a Maputo; inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique.
Jun/11	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/11	Visita da PR Dilma Rousseff a Maputo.
Abr/12	Visita do PM Aires Ali ao Brasil.
Jul/12	Visita do VPR Michel Temer a Maputo, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
Mar/2013	Presidenta Dilma Rousseff encontra-se com seu homólogo moçambicano às margens da V Cúpula dos BRICS, em Durban.
Ago/2014	Filipe Nyusi, então candidato à Presidência de Moçambique, realiza visita ao Brasil.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

TÍTULO	EM VIGOR DESDE
Comunicado à Imprensa sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas.	14/11/1975
Acordo Geral de Cooperação	15/09/1981
Acordo de Cooperação Cultural	01/06/1989
Acordo de Cooperação entre o Brasil e Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e outras Transações Financeiras Fraudulentas.	31/08/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique Relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação	27/06/2014

ATOS BILATERAIS AINDA NÃO EM VIGOR

TÍTULO	ASSINADO EM	NOTA BRASILEIRA DE RATIFICAÇÃO
Protocolo Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Campo da Meteorologia	01/06/1989	15/08/1990
Acordo de Co-Produção Cinematográfica	01/06/1989	20/12/1990
Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	01/06/1989	13/12/1990
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	01/06/1989	13/12/1990
Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária	05/11/2003	11/10/2007
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	06/07/2007	20/10/2009
Acordo de Extradição	06/07/2007	15/01/2010
Acordo para a Instalação da Sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África	04/09/2008	13/05/2014
Acordo Entre o Governo da República Federativa	26/03/2009	28/10/2011

do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique	17/06/2010	Em tramitação no Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Socioeconômicos de Moçambique

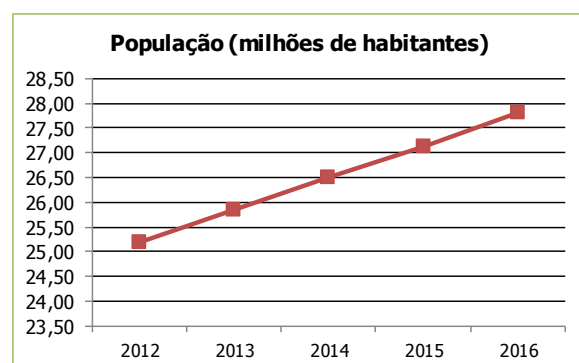
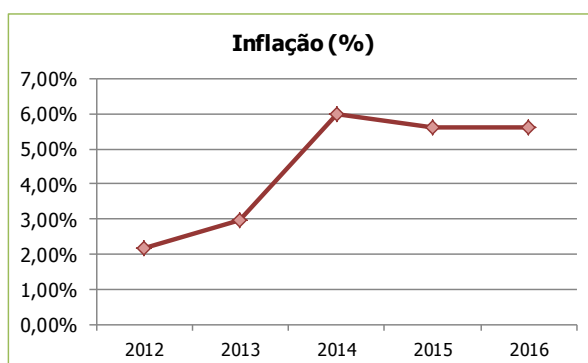
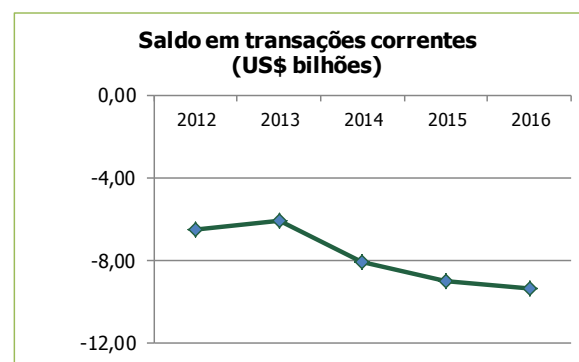
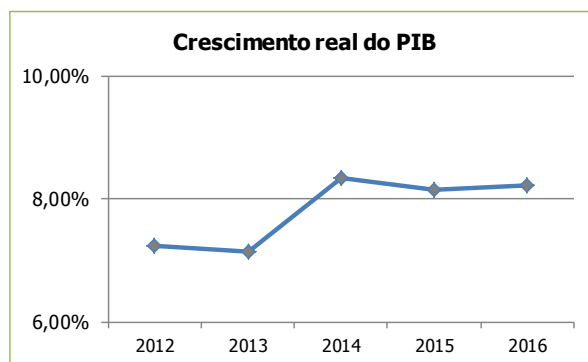
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	7,25%	7,15%	8,34%	8,16%	8,23%
PIB nominal (US\$ bilhões)	14,29	15,31	16,59	18,60	20,68
PIB nominal "per capita" (US\$)	567	593	626	686	744
PIB PPP (US\$ bilhões)	24,84	27,01	29,76	32,78	36,15
PIB PPP "per capita" (US\$)	986	1.046	1.123	1.209	1.300
População (milhões de habitantes)	25,20	25,83	26,49	27,12	27,81
Inflação (%)	2,18%	2,96%	6,00%	5,60%	5,60%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-6,48	-6,05	-8,04	-8,97	-9,30
Dívida externa (US\$ bilhões)	4,88	6,89	8,22	8,97	10,70
Câmbio (MT / US\$)	29,80	30,10	33,60	34,05	34,64

Origem do PIB (2013 estimativa)

Agricultura	28,7%
Indústria	24,9%
Serviços	46,4%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.



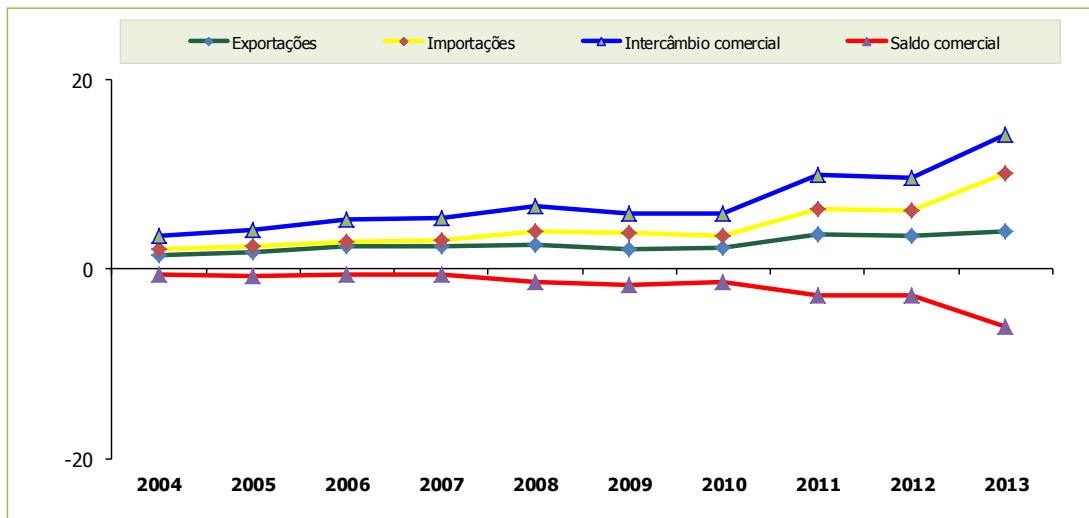
Evolução do Comércio Exterior de Moçambique
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	1,50	44,1%	2,03	16,1%	3,54	26,5%	-0,53
2005	1,75	16,1%	2,41	18,4%	4,15	17,4%	-0,66
2006	2,38	36,4%	2,87	19,1%	5,25	26,4%	-0,49
2007	2,41	1,3%	3,05	6,3%	5,46	4,0%	-0,64
2008	2,65	10,0%	4,01	31,4%	6,66	22,0%	-1,35
2009	2,15	-19,1%	3,76	-6,1%	5,91	-11,3%	-1,62
2010	2,24	49,2%	3,56	75,2%	5,81	64,1%	-1,32
2011	3,60	60,7%	6,31	76,9%	9,91	70,6%	-2,70
2012	3,47	-3,7%	6,18	-2,0%	9,65	-2,7%	-2,71
2013	4,02	16,0%	10,10	63,5%	14,12	46,4%	-6,08
2014(jan-set) ⁽¹⁾	3,26	9,1%	6,39	-15,8%	9,7	-7,9%	-3,13
Var. % 2004-2013	167,6%	--	396,4%	--	299,1%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

(n.c.) Dado não calculado.



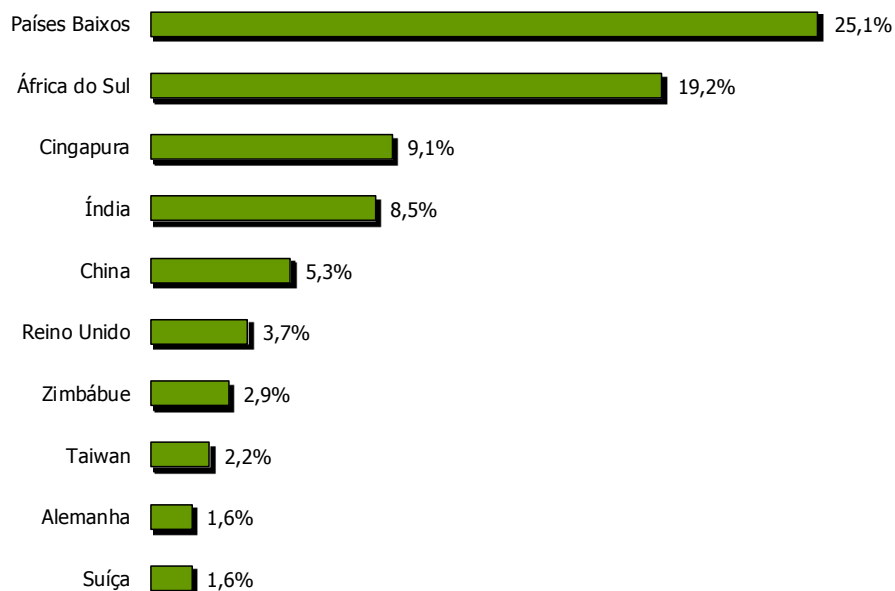
Direção das Exportações de Moçambique
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 (jan-set)⁽¹⁾	Part.% no total
Países Baixos	819	25,1%
África do Sul	627	19,2%
Cingapura	297	9,1%
Índia	276	8,5%
China	172	5,3%
Reino Unido	120	3,7%
Zimbábue	96	2,9%
Taiwan	73	2,2%
Alemanha	51	1,6%
Suíça	51	1,6%
...		
Brasil (15ª posição)	37	1,1%
Subtotal	2.619	80,3%
Outros países	641	19,7%
Total	3.260	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais destinos das exportações



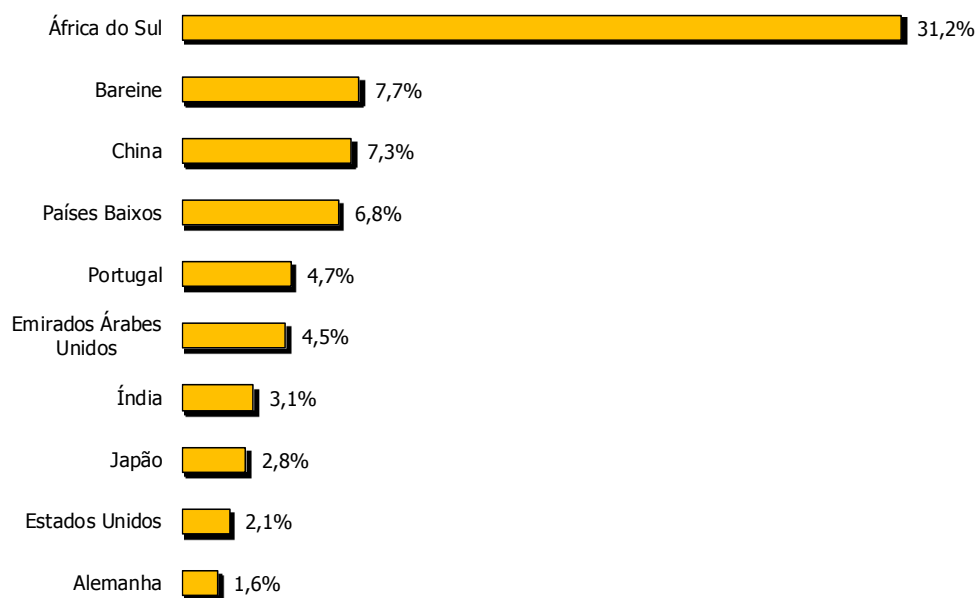
Origem das Importações de Moçambique
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 (jan-set) ⁽¹⁾	Part.% no total
África do Sul	2.164	31,2%
Bareine	533	7,7%
China	509	7,3%
Países Baixos	472	6,8%
Portugal	329	4,7%
Emirados Árabes Unidos	313	4,5%
Índia	216	3,1%
Japão	193	2,8%
Estados Unidos	143	2,1%
Alemanha	108	1,6%
...		
Brasil (16ª posição)	70	1,0%
Subtotal	5.050	72,9%
Outros países	1.882	27,1%
Total	6.932	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Moçambique US\$ milhões

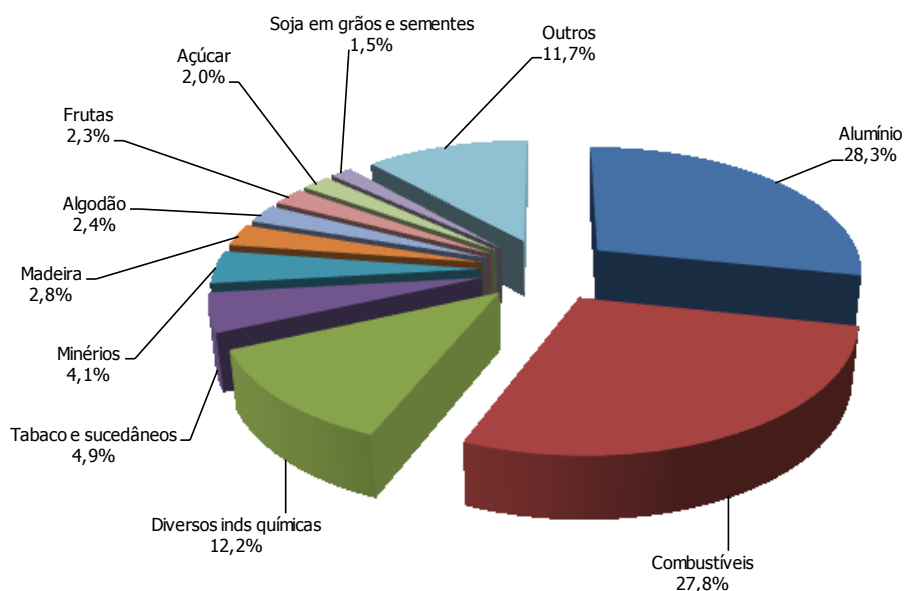
Descrição	2 0 1 4 (jan-set) ⁽¹⁾	Part.% no total
Alumínio	922	28,3%
Combustíveis	907	27,8%
Diversos inds químicas	396	12,2%
Tabaco e sucedâneos	160	4,9%
Minérios	135	4,1%
Madeira	91	2,8%
Algodão	78	2,4%
Frutas	74	2,3%
Açúcar	66	2,0%
Soja em grãos e sementes	50	1,5%
Subtotal	2.879	88,3%
Outros	380	11,7%
Total	3.259	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



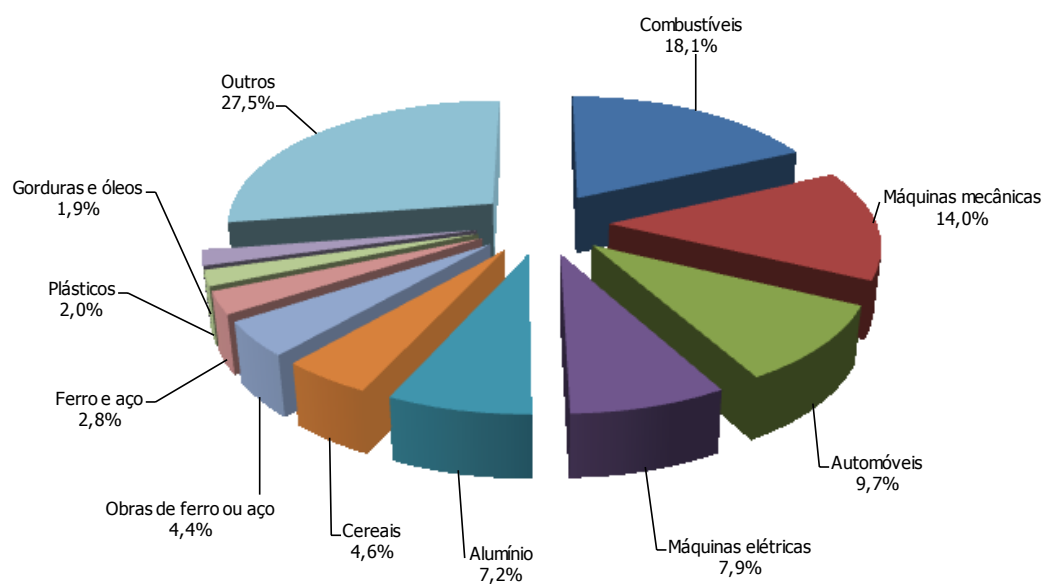
Composição das importações de Moçambique US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 (jan-set) ⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	1.159	18,1%
Máquinas mecânicas	892	14,0%
Automóveis	622	9,7%
Máquinas elétricas	504	7,9%
Alumínio	460	7,2%
Cereais	293	4,6%
Obras de ferro ou aço	279	4,4%
Ferro e aço	179	2,8%
Plásticos	126	2,0%
Gorduras e óleos	123	1,9%
Subtotal	4.637	72,5%
Outros	1.755	27,5%
Total	6.392	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) Última posição disponível em 04/03/2015.

10 principais grupos de produtos importados



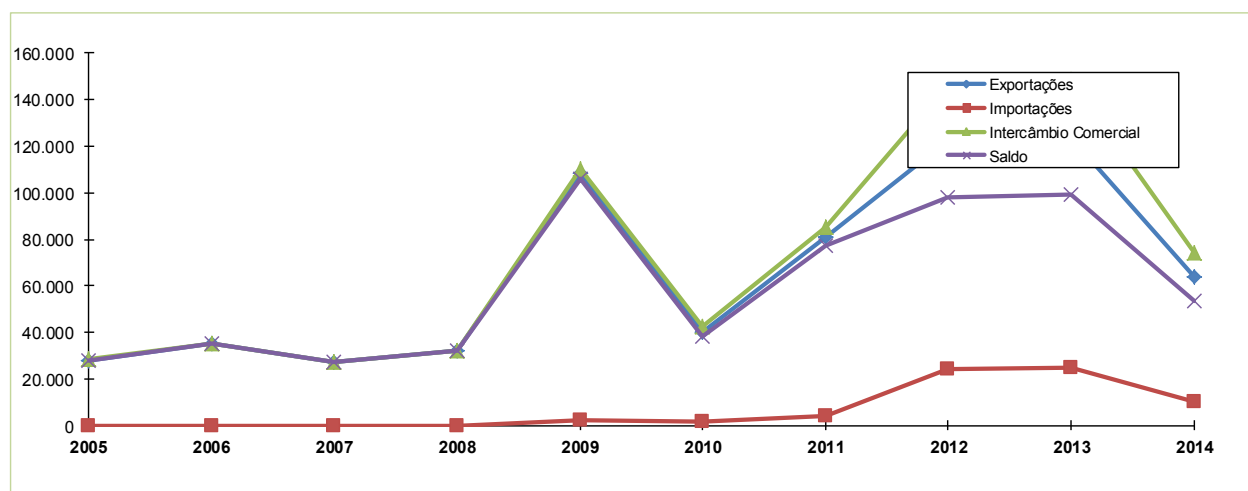
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Moçambique
US\$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	28.245	21,2%	0,02%	20	41,2%	0,00%	28.266	21,2%	0,01%	28.225
2006	35.212	24,7%	0,03%	16	-21,3%	0,00%	35.228	24,6%	0,02%	35.196
2007	27.300	-22,5%	0,02%	0	-99,8%	0,00%	27.300	-22,5%	0,01%	27.300
2008	32.387	18,6%	0,02%	2	(+)	0,00%	32.389	18,6%	0,01%	32.385
2009	108.118	233,8%	0,07%	2.122	(+)	0,00%	110.241	240,4%	0,04%	105.996
2010	40.378	-62,7%	0,02%	2.003	-5,7%	0,00%	42.380	-61,6%	0,01%	38.375
2011	81.184	101,1%	0,03%	4.094	104,5%	0,04%	85.278	101,2%	0,02%	77.089
2012	122.309	50,7%	0,05%	24.150	489,8%	0,01%	146.460	71,7%	0,03%	98.159
2013	123.852	1,3%	0,05%	24.709	2,3%	0,01%	148.561	1,4%	0,03%	99.143
2014	63.861	-48,4%	0,03%	10.207	-58,7%	0,00%	74.068	-50,1%	0,02%	53.654
2015 (jan-fev)	20.641	200,2%	0,08%	623	-67,7%	0,00%	21.264	141,6%	0,04%	20.019
Var. % 2005-2014	126,1%	--	--	50149,0%	--	--	162,0%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

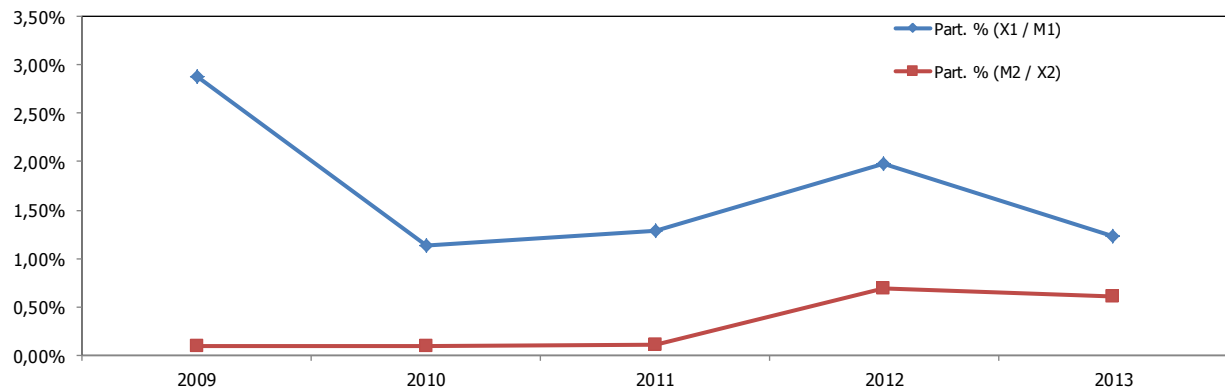
(n.c.) Dado não calculado.



Part. % do Brasil no Comércio de Moçambique
US\$ mil

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Moçambique (X1)	108.118	40.378	81.184	122.309	123.852	14,6%
Importações totais de Moçambique (M1)	3.764.207	3.564.230	6.305.647	6.177.210	10.099.147	168,3%
Part. % (X1 / M1)	2,87%	1,13%	1,29%	1,98%	1,23%	-57,3%
Importações do Brasil originárias de Moçambique (M2)	2.122	2.003	4.094	24.150	24.709	1064,1%
Exportações totais de Moçambique (X2)	2.147.169	2.243.069	3.604.118	3.469.852	4.023.719	87,4%
Part. % (M2 / X2)	0,10%	0,09%	0,11%	0,70%	0,61%	521,2%

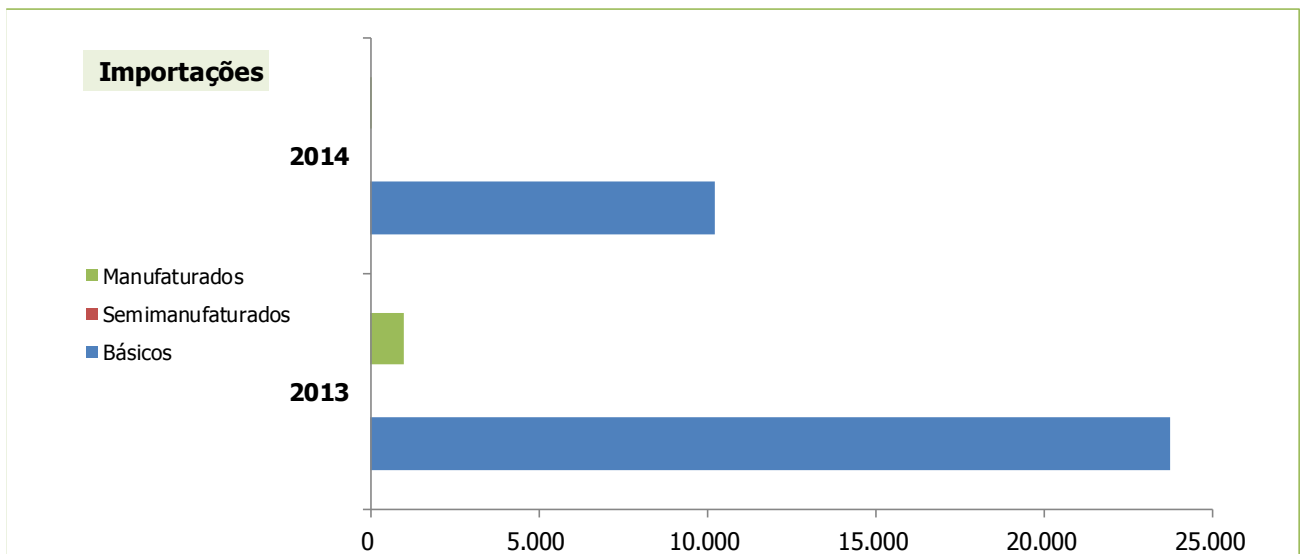
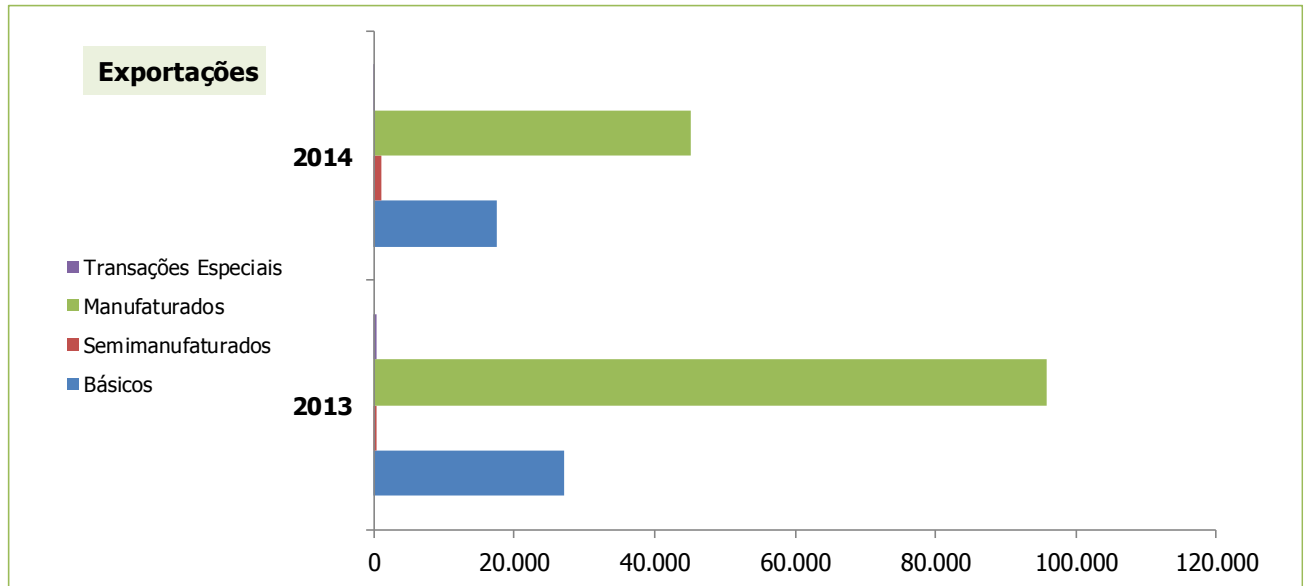
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013



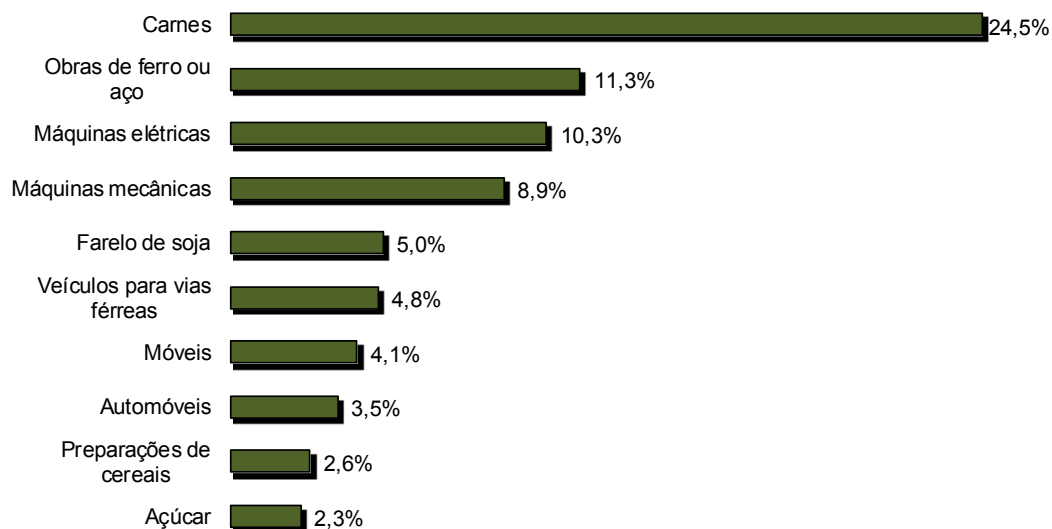
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Composição das exportações brasileiras para Moçambique
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	11.140	9,1%	14.895	12,0%	15.615	24,5%
Obras de ferro ou aço	949	0,8%	9.379	7,6%	7.241	11,3%
Máquinas elétricas	3.000	2,5%	7.471	6,0%	6.549	10,3%
Máquinas mecânicas	5.979	4,9%	10.350	8,4%	5.673	8,9%
Farelo de soja	2.634	2,2%	3.058	2,5%	3.171	5,0%
Veículos para vias férreas	721	0,6%	35.550	28,7%	3.070	4,8%
Móveis	8.147	6,7%	3.019	2,4%	2.634	4,1%
Automóveis	5.537	4,5%	3.804	3,1%	2.230	3,5%
Preparações de cereais	3.657	3,0%	1.787	1,4%	1.660	2,6%
Açúcar	485	0,4%	1.006	0,8%	1.464	2,3%
Subtotal	42.249	34,5%	90.319	72,9%	49.307	77,2%
Outros produtos	80.060	65,5%	33.533	27,1%	14.554	22,8%
Total	122.309	100,0%	123.852	100,0%	63.861	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

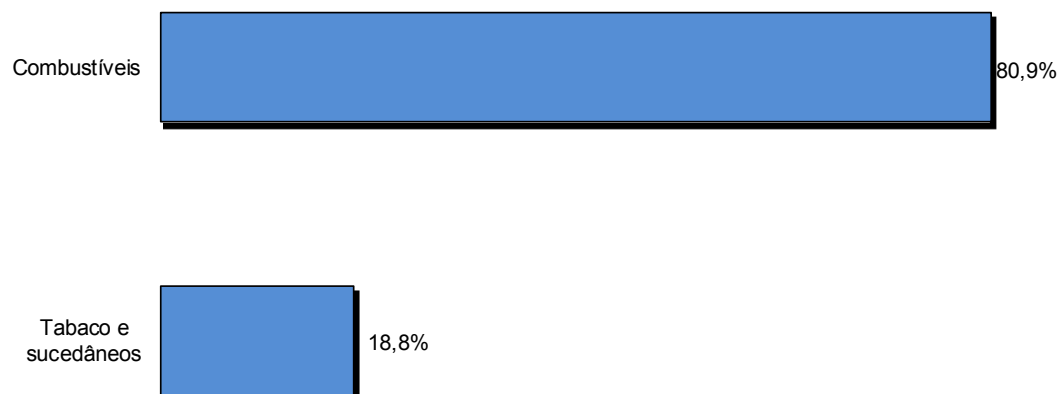


Composição das importações brasileiras originárias do Moçambique
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	21.262	88,0%	23.667	95,8%	8.255	80,9%
Tabaco e sucedâneos	1.902	7,9%	19	0,1%	1.919	18,8%
Subtotal	23.164	95,9%	23.686	95,9%	10.174	99,7%
Outros produtos	986	4,1%	1.023	4,1%	33	0,3%
Total	24.150	100,0%	24.709	100,0%	10.207	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

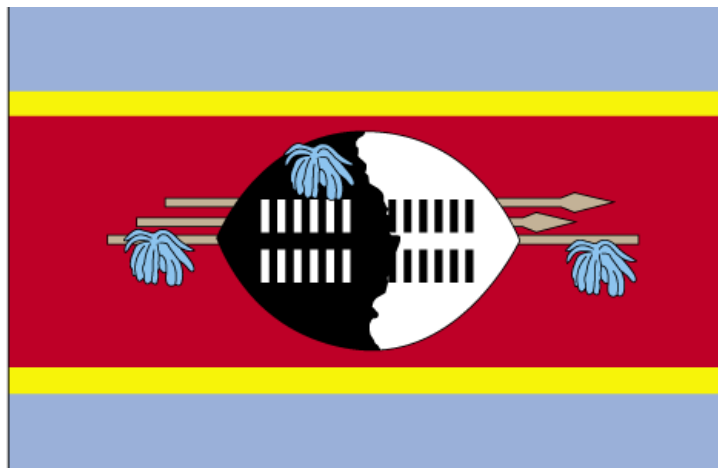
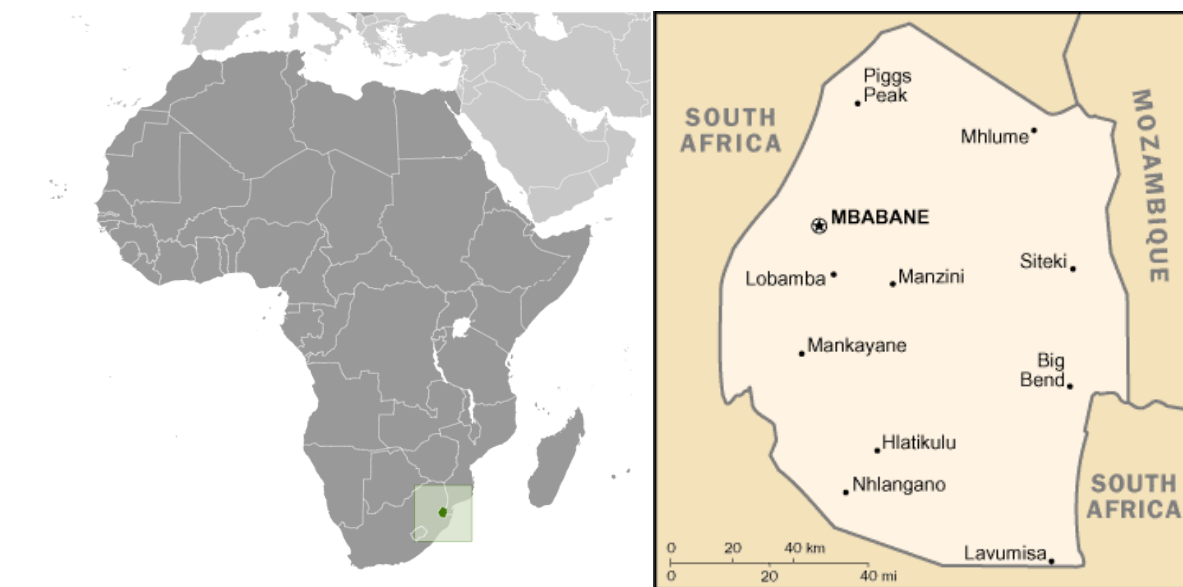
DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Automóveis	111	1,6%	11.827	57,3%	Automóveis 11.827,0
Máquinas mecânicas	1.715	24,9%	3.175	15,4%	Máquinas mecânicas 3.175,0
Carnes	467	6,8%	1.736	8,4%	Carnes 1.736,0
Máquinas elétricas	1.794	26,1%	980	4,7%	Máquinas elétricas 980,0
Obras de ferro ou aço	111	1,6%	671	3,3%	Obras de ferro ou aço 671,0
Subtotal	4.198	61,1%	18.389	89,1%	
Outros produtos	2.677	38,9%	2.252	10,9%	
Total	6.875	100,0%	20.641	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Tabaco e sucedâneos	1.919	99,6%	614	98,6%	Tabaco e sucedâneos 614
Ouro e pedras preciosas	7	0,4%	8,2	1,3%	Ouro e pedras preciosas 8
Subtotal	1.926	100,0%	622	99,9%	
Outros produtos	1	0,0%	0	0,1%	
Total	1.926,6	100,0%	623	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

SUAZILÂNDIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE SUAZILÂNDIA									
NOME OFICIAL:				Reino da Suazilândia					
GENTÍLICO:				suázi					
CAPITAL:				Mbabane					
ÁREA:				17.364 km²					
POPULAÇÃO (2013, BM):				1,25 milhões de habitantes					
IDIOMA OFICIAL:				Inglês e suázi					
PRINCIPAIS RELIGIÕES:				Sionismo cristão (40%); catolicismo (20%); islamismo (10%); outras (30%, incluindo anglicanismo, <i>baha'i</i> , metodista, mórmon, judaísmo).					
SISTEMA DE GOVERNO:				Monarquia absoluta					
PODER LEGISLATIVO:				Parlamento bicameral, consistindo em Assembleia Nacional (65 assentos, sendo 55 eleitos e 10 indicados pelo Rei) e Senado (30 assentos, sendo 10 indicados pela Assembleia Nacional e 20 indicados pelo Rei).					
CHEFE DE ESTADO:				Rei Mswati III (desde 25 de abril de 1986)					
CHEFE DE GOVERNO:				Primeiro Ministro Barnabas Sibusiso Dlamini (desde 4 de novembro de 2008)					
CHANCELER:				Mgwagwa Gamedze (desde 4 de novembro de 2013)					
PIB:				US\$ 3,842 bilhões (2014, FMI Est.)					
PIB PPP:				US\$ 8,672 bilhões (2014, FMI Est.)					
PIB PER CAPITA:				US\$ 3.475 (2014, FMI Est.)					
PIB PPP PER CAPITA:				US\$ 7.843 (2014, FMI Est.)					
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):				2,1% (2014); 2,7% (2013); 1,8% (2012); -0,6% (2011)					
IDH (2013):				0,530 (148ª posição entre 187 países)					
EXPECTATIVA DE VIDA:				49,0 anos (PNUD, relatório de 2013)					
ALFABETIZAÇÃO:				87,8% (PNUD, relatório de 2013)					
ÍNDICE DE DESEMPREGO:				28,2% (PNUD, relatório de 2013)					
UNIDADE MONETÁRIA:				Lilangeni					
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:				Abednego Ntshangase (Embaixador residente em Washington – cumulativamente com Brasília)					
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:				Não há cidadãos brasileiros registrados					
INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SUAZILÂNDIA (US\$ mil, FOB – fonte: MDIC)									
Brasil → Suazilândia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	549	970	2.233	2.434	22.749	20.994	4.386	1.895	885
Exportações	317	545	2.055	873	2.988	3.604	695	1.362	526
Importações	232	424	178	1.560	19.761	17.390	3.691	532	358
Saldo	85	120	1.877	-687	-16.773	-13.786	-2.995	830	167

Informação elaborada em 5 de março de 2015, pelo TS João Marcelo Costa Melo. Revisada pelo Conselheiro Pedro Escosteguy Cardoso.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Mswati III



Nascido **Makhosetive** (“Rei das Nações”) em 19 de abril de 1968, o rei da Suazilândia sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosikati* LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25 de abril de 1986, com a idade de 18 anos e 6 dias. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos. Possui 15 esposas.

SIBUSISO BARNABAS DLAMINI PRIMEIRO MINISTRO



Nascido em 15 de maio de 1942, Barnabas S. Dlamini formou-se em Química pela Universidade de Wisconsin, em 1969, e, em 1976, em Economia e Contabilidade pela Universidade da África do Sul. Possui Mestrado em Administração pela Universidade de Nova York. Foi Ministro das Finanças de 1983 a 1992. De 1992 a 1996, foi membro do Conselho Executivo do FMI, representando 20 países africanos. Foi Primeiro-Ministro e Membro do Parlamento, de 1996 a 2003, quando passou a exercer a função de conselheiro real. Nomeado novamente Primeiro-Ministro em 2008, foi reconduzido ao cargo em 2008.

CHIEF MGWAGWA GAMEDZE MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



Ex-Ministro da Justiça e de Assuntos Constitucionais e Ex-Ministro do Interior, assumiu a chancelaria em 4 de novembro de 2013.

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. Em setembro de 1993, o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, visitou o Brasil e manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará. Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília. Em 2012, o Rei Mswati III participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

No contexto da cooperação humanitária internacional, em 2012 o Brasil realizou doação de mil toneladas de arroz, com valor estimado em US\$ 470 mil. Esta ação decorreu do fato de a Suazilândia ser um país em situação de insegurança alimentar e nutricional, beneficiado por doações de alimentos do governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), que estão previstas na Lei 12.429, sancionada em 20/06/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos.

Em junho de 2014, a Embaixadora do Brasil em Maputo apresentou suas cartas credenciais ao Rei Mswati III. Na ocasião, o Rei Mswati III manifestou interesse em estabelecer cooperação com o Brasil nos setores de turismo e esportes, tendo mencionado a possibilidade de treinamento de técnicos de futebol suázis no Brasil.

Cooperação Técnica

Embora haja possibilidade de cooperação em diversas áreas, nenhum projeto está ainda em andamento. O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia foi assinado em 25/01/2008 e encontra-se em processo de ratificação. O Governo da Suazilândia tem solicitado cooperação brasileira nas áreas de saúde, educação e agricultura – os quais, eventualmente, poderiam vir a ser objeto de projetos de cooperação desenvolvidos sob o abrigo do aludido Acordo.

Na área de saúde, há interesse suázi especialmente em projetos de combate ao HIV/AIDS, que contemplem tanto aquisição e produção de medicamentos anti-retrovirais quanto capacitação em gestão, elaboração de

políticas públicas e formação de funcionários. A esse respeito, missão de técnicos brasileiros foi enviada a Mbabane em fevereiro de 2006 com o objetivo de verificar as possibilidades de cooperação na área, mas a iniciativa não teve desdobramentos. Em julho de 2011, o Governo suázi solicitou novamente visitas oficiais para marcar o início das discussões sobre cooperação técnica com o Governo Brasileiro para o combate ao HIV/AIDS, por meio da Fundação Oswaldo Cruz. Em outubro de 2011, foi realizada missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), por ocasião de visita a outros países vizinhos, porém não houve continuidade.

Biocombustíveis

A Suazilândia pretende instituir mistura de 10% de etanol da gasolina em nível nacional, após ter concluído com êxito projeto piloto envolvendo o Governo e a Real Corporação de Açúcar da Suazilândia (RSSC). A medida visaria a diminuir a dependência do país de importação de combustível da África do Sul e a reduzir emissões de CO₂ de combustíveis fósseis.

A pedido do Ministério dos Recursos Naturais e Energia do Reino da Suazilândia, está prevista a realização de visita de estudos ao Brasil sobre produção e mistura de etanol, no próximo mês de junho. O objetivo da missão é conhecer a experiência brasileira no processo de produção, mistura, distribuição, controle de qualidade e em aspectos comerciais relativos a biocombustíveis. Interessariam à missão encontros com órgãos governamentais e também do setor privado, incluindo, se possível, visitas de campo a produtores. A agenda para a missão incluirá encontros com instituições governamentais e visitas a usinas produtoras de biocombustíveis.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

A Suazilândia tornou-se independente do Governo britânico em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, banuiu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. Em 1986, ascendeu ao trono o Rei Mswati III – aos 18 anos de idade –, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, mas que não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia do país fazem com que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

A cada cinco anos, realizam-se eleições parlamentares. Segundo o sistema suázi, conhecido como "tinkhundla system", 55 candidatos à Assembleia Nacional são nomeados por cada tribo ("chiefdom") para representar cada um dos 55 distritos administrativos ("tinkhundla"). Após as nomeações, os candidatos são eleitos por voto direto em dois turnos eleitorais (na tribo e, posteriormente, em cada um dos 55 distritos administrativos). Completam a Assembleia Nacional 10 candidatos nomeados pelo Rei. Além da Assembleia Nacional, há um Senado no país, composto por 30 membros, dos quais nenhum é eleito diretamente: 20 são indicados pelo Rei e 10 são escolhidos pela Assembleia Nacional.

Após longo processo de negociação, foi promulgada, em 2006, a nova Constituição do país que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes. A mesma constituição atribui ao monarca imunidade contra qualquer tipo de processo civil ou criminal.

Em 2008, foram realizadas as primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes, e a missão observadora da SADC considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos. Apesar da relativa tranquilidade do pleito, os períodos anterior e posterior às eleições foram conturbados, marcados por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. O evento mais grave ocorreu dois dias após a eleição, quando duas pessoas morreram na explosão acidental da bomba que seria colocada em uma ponte junto ao palácio presidencial. Uma das vítimas era membro da People's United Democratic Movement (PUDEMO), a outra da

Swaziland Solidarity Network (SSN). Ambos os grupos anunciaram apoio ao ato, sem assumir responsabilidade pelo planejamento do atentado.

Em resposta, o Governo Suázi aprovou legislação antiterror, o Swaziland Suppression of Terrorism Act (SSTA), que dá ao Governo o poder de deter, por até sete dias, em regime incomunicável, ou de expulsar do país sem julgamento, pessoas suspeitas de terrorismo.

Em setembro de 2013, realizaram-se novas eleições parlamentares. O pleito transcorreu sem incidentes e em "ambiente tranquilo e pacífico", segundo relatório da missão observadora da União Africana. Os resultados eleitorais explicitaram a vontade popular de renovação das lideranças: 44 deputados, incluindo seis ministros, foram derrotados em seus distritos.

Essa significativa renovação na Assembleia Nacional pode ser em parte explicada pela situação econômica da Suazilândia. A redução das receitas provenientes da União Aduaneira da África Austral (SACU) – em particular entre 2009 e 2012 – e das exportações de açúcar provocaram desemprego (em torno de 40%, em 2013), desaceleração econômica e déficits orçamentários anuais na faixa de 8% do PIB.

A despeito da renovação na composição da Assembleia Nacional, a oposição tem se tornado crescentemente vocal na defesa de reformas políticas, em particular no que diz respeito à adoção de um sistema multipartidário.

A missão observadora da União Africana às eleições de 2013 reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento da democracia no país e instou o governo suázi a garantir os direitos de liberdade de expressão e de livre associação, em conformidade com o direito internacional e com os princípios que devem reger eleições democráticas em países da União Africana.

POLÍTICA EXTERNA

O Reino da Suazilândia possui relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (a Suazilândia é um dos três países africanos a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia de que o Estado suázi desfrutou no passado junto às potências capitalistas, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não possuindo o país qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Cuba).

África do Sul

A África do Sul mantém bom relacionamento com o país, o que lhe garante a posição de principal parceiro internacional da Suazilândia, graças à forte dependência da economia suázi em relação ao vizinho. Além de destinatário de 60% das exportações suázis e origem de 90% das importações do país, a África do Sul é também essencial para a política monetária suázi, uma vez que a Suazilândia adota a paridade entre sua moeda (lilangeni) e a sul-africana (rand). Politicamente, a África do Sul tem manifestado preocupação com a estabilidade do vizinho, em face de crescentes contestações ao sistema político, tendo condicionado empréstimo concedido em 2011 – em momento de grave crise fiscal provocada pela redução das receitas provenientes da SACU – ao compromisso suázi com a ampliação do diálogo com a oposição e com a promoção gradual de abertura política do país.

EUA

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o governo americano possui programas de apoio às pequenas e médias

empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

O momento atual, no entanto, aponta para uma inflexão. Em 2014, os EUA condicionaram a renovação do acesso preferencial da Suazilândia ao mercado estadunidense oferecido ao amparo do "US African Growth and Opportunity Act" (AGOA) a emendas nas esferas laboral e de direitos humanos. Embora o parlamento suázi tenha atualizado legislação laboral do país, em novembro de 2014, a ausência de avanços no campo dos direitos humanos levou à suspensão da Suazilândia do AGOA a partir de janeiro de 2015.

Taiwan

O Reino da Suazilândia é um dos 23 países a manterem relações diplomáticas com a República da China (Taiwan). Taiwan é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, o qual vinha buscando aproveitar-se do benefício que a Suazilândia disfrutava no âmbito do AGOA. Esses investimentos atingiram seu ápice em 2002, quando as empresas taiwanesas chegaram a empregar mais de 35 mil pessoas. Nesse contexto, a suspensão da Suazilândia do AGOA já começa a se fazer sentir, tendo a empresa taiwanesa de têxteis Tex Ray (a maior do país) anunciado, no final de 2014, decisão de demitir 5750 de seus 6000 funcionários.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, a Suazilândia é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação da Suazilândia na COMESA - que conflitava com seu status de membro da SACU -, chegou ao fim com o anúncio de que a Suazilândia permanecerá como membro da COMESA, mas não integrará a sua união alfandegária. O país continuará, contudo, a beneficiar-se do status de membro não-recíproco da Área de Livre Comércio da COMESA, podendo exportar seus bens com tarifas reduzidas, sem conceder acesso recíproco ao seu mercado.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpra ainda mencionar que, em 2010, o Reino da Suazilândia manifestou interesse em se tornar Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com a República de Moçambique. O Governo da Suazilândia, porém, não deu continuidade ao processo de negociação.

ECONOMIA

Panorama Econômico

Desde a independência, foram adotados princípios de livre mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE tornaram a diversificação crucial para a Suazilândia, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

Devido à paridade do lilangeni ao rand sul-africano, a livre movimentação de fundos no âmbito da Área Monetária Comum (CMA) implica que as taxas de juros devem ser semelhantes às sul-africanas, com exceção do prêmio de risco, caso contrário, haveria uma fuga de capitais para a RAS.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da CMA restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. No período de 2009 – 2012, uma rápida redução das receitas alfandegárias oriundas da SACU produziu déficits anuais na faixa de 8%. Posteriormente, o nível das receitas alfandegárias da SACU recuperou-se, representando hoje cerca de 50% da renda do país.

Nos últimos três anos, a economia do Reino da Suazilândia cresceu em ritmo lento nos últimos três anos. Em 2014, os dados do FMI mostram que a Suazilândia alcançou crescimento de 2,1%, índice que elevou o PIB nominal do país ao nível de US\$ 3,842 bilhões e o PIB *per capita* a US\$ 3,475 mil. Entre os pilares da economia estão agricultura e a indústria agroalimentar. O setor agrícola, que abriga 70% da força de trabalho, carece, porém, de ganhos de competitividade e de escala. Na visão do FMI, o Reino deverá continuar mantendo taxas positivas de expansão. O crescimento projetado para o atual biênio 2015-2016 é de cerca de 2% a.a. Avanços mais substantivos nos marcos regulatórios e reformas estruturais são esperados, de modo a criar condições mais adequadas para o crescimento econômico sustentado.

Agricultura

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB real da Suazilândia é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como, por exemplo, açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados da década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, chegando a registrar índice negativo de -0,6% em 2011, seguido por alguma recuperação nos anos subsequentes (1,8% em 2012; 2,7% em 2013 e 2,1% em 2014).

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 7,5% em 2011, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente o têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 47,7% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 44,8%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto as últimas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, com grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, as propriedades coletivas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical foi planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob o AGOA com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão.

Indústria

Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira, frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para a Suazilândia, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido uma maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pelo AGOA, hoje comprometido pela suspensão da Suazilândia do programa.

Comércio Bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-AliceWeb, entre 2005 e 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e a Suazilândia cresceu 12,4% de US\$ 788 mil, para US\$ 885 mil. Mesmo diante desse crescimento, em 2014, as trocas registraram forte retração de 53,3% em comparação com o ano de 2013. O recuo do comércio em 2014 deveu-se, principalmente, pela diminuição das exportações brasileiras para esse mercado (-61,4%). Em 2010, 2011 e 2012, o Brasil experimentou os piores déficits com a Suazilândia: US\$ 16,8 milhões; US\$ 13,8 milhões; e US\$ 2,9 milhões, respectivamente. De outra perspectiva, os superávits foram de US\$ 831 mil (2013); e de US\$ 168 mil (2014). De janeiro a fevereiro de 2015 não foram registradas exportações brasileiras e, por conseguinte, o intercâmbio se limitou ao valor das importações. Assim, a corrente de comércio limitou-se a US\$ 19,0 mil, com uma diminuição de 91,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro bimestre deste ano, o déficit brasileiro com o país foi de US\$ 19 mil, ante o superávit de US\$ 143 mil, ocorrido no mesmo bimestre do ano de 2014.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para a Suazilândia cresceram 10,8% de US\$ 475,0 mil, em 2005, para US\$ 527,0 mil em 2014. Em 2014, as vendas registraram retração de 61,4%, em relação ao ano de 2013. Esse recuo pode ser explicado, basicamente, pela descontinuidade nas vendas de motocompressores herméticos para frigoríficos (valor em 2013 foi de US\$ 579,0 mil). Entre janeiro e fevereiro de 2015, não houve registro de exportações. Os principais produtos exportados em 2014 foram: (i) ácidos fosfóricos (valor de US\$ 437,0 mil, equivalentes a 82,9% do total); (ii) calçados (US\$ 44,0 mil; ou 8,4%); (iii) instrumentos para controle da temperatura (US\$ 23,0 mil; ou 4,4%); (iv) ladrilhos de cerâmica (US\$ 21,0 mil; ou 3,9%); e (v) semeadores-adubadores (US\$ 5,0 mil; ou 0,9% do total).

Ainda segundo dados do AliceWeb, nos últimos dez anos as importações brasileiras originárias da Suazilândia cresceram 14,9%, de US\$ 312,0 mil, em 2005, para US\$ 359,0 mil, em 2014. As compras tiveram seu melhor desempenho nos anos de 2010 (US\$ 19,8 milhões); 2011 (US\$ 17,4 milhões); e 2012 (US\$ 3,7 milhões). A esse respeito, tem-se como causa da elevação as compras de processadores, controladores e circuitos integrados digitais naqueles anos. Em 2014, as importações decresceram 32,6% em relação a 2013, tendo em vista a descontinuidade nas aquisições de partes e acessórios para bancos de ensaio, e de dispositivos para banheiros ou cozinhas. Entre janeiro e fevereiro de 2015 as importações se limitaram a US\$ 19,0 mil, uma retração de 57,4% comparativamente a igual período do ano anterior. Os principais produtos adquiridos em 2014 foram: *i)* máquinas-ferramentas para trabalhar madeira e cortiça (valor de US\$ 201,0 mil, equivalentes a 55,9% do total); *ii)* açúcar (US\$ 124,0 mil; ou 34,5%); *iii)* partes e acessórios para instrumentos de análise (US\$ 10,0 mil; ou 2,8%); e *iv)* instrumentos e aparelhos para medida/controle de nível (US\$ 8,0 mil; ou 2,2%); *v)* cristais piezoelétricos montados (US\$ 6,0 mil; ou 1,7%).

O Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, aprovado pelo Congresso Nacional no final de 2010, é um instrumento que, quando em vigor, deverá contribuir para o incremento das trocas comerciais entre Brasil e Suazilândia.

Investimentos

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros diretos na Suazilândia, tampouco de capitais oriundos da Suazilândia no Brasil. Em junho de 2015, o Ministério dos Recursos Naturais e Energia da Suazilândia pretende realizar missão ao Brasil, para conhecer a experiência brasileira no processo de produção, mistura, distribuição, controle de qualidade e em aspectos comerciais relativos a biocombustíveis, uma vez que pretende instituir mistura de 10% de etanol na gasolina em nível nacional. Ao ser informado pela Embaixadora brasileira em Maputo (posto cumulativo com a Suazilândia) da referida missão, o Rei Mswati III reagiu com entusiasmo, e afirmou que terá presente a ida da missão e seus resultados. Na ocasião, o Rei formulou votos por maior presença, cooperação e investimentos brasileiros em seu país.

Séc. XVI	O povo suázi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Séc. XIX	Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região.
1836	Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888	Consentimento suázi em estabelecer um governo provisório, formado por representantes do governo britânico, sul-africano e suazi.
1889	Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suázi.
1903	Os suázis passam a ser administrados pelo governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949	Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia pela União-Sul-Africana.
1963	É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suázis.
1967	É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968	A Suazilândia torna-se independente do Governo britânico. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973	Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado.
1986	Ascensão do Rei Mswati III ao trono suázi e introdução de importantes reformas políticas no país.
2006	Promulgação da nova Constituição.
2008	Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição.
2013	Realização de eleições parlamentares

Cronologia das Relações Bilaterais

1978	É estabelecida a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia,
-------------	---

	com residência em Maputo, Moçambique.
1993	O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2009	Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará.
2010	O Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participa do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.
2012	O Rei Mswati III visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia	25/01/2008	Aprovado pelo Senado Federal em fevereiro de 2010. Ainda não está em vigor (em processo de ratificação).

Dados Econômico-Comerciais

Tabela 1:

Evolução do Comércio Exterior da Suazilândia⁽¹⁾
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	808	34,8%	191	4275,8%	999	65,5%	616
2005	858	6,3%	171	-10,9%	1.029	3,0%	688
2006	963	12,2%	178	4,5%	1.141	10,9%	785
2007	936	-2,8%	201	13,0%	1.138	-0,3%	735
2008	1.074	14,7%	307	52,2%	1.381	21,3%	767
2009	906	-15,7%	280	-8,7%	1.185	-14,1%	626
2010	1.923	138,1%	2.200	1048,7%	4.123	312,6%	-276
2011	1.843	-4,2%	1.922	-12,6%	3.765	-8,7%	-79
2012	2.093	13,6%	2.199	14,4%	4.293	14,0%	-106
2013 ⁽²⁾	2.112	0,9%	1.713	-22,1%	3.824	-10,9%	399
Var. % 2005-2014	161,4%	--	794%	--	956%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

(n.c.) Dado não calculado.

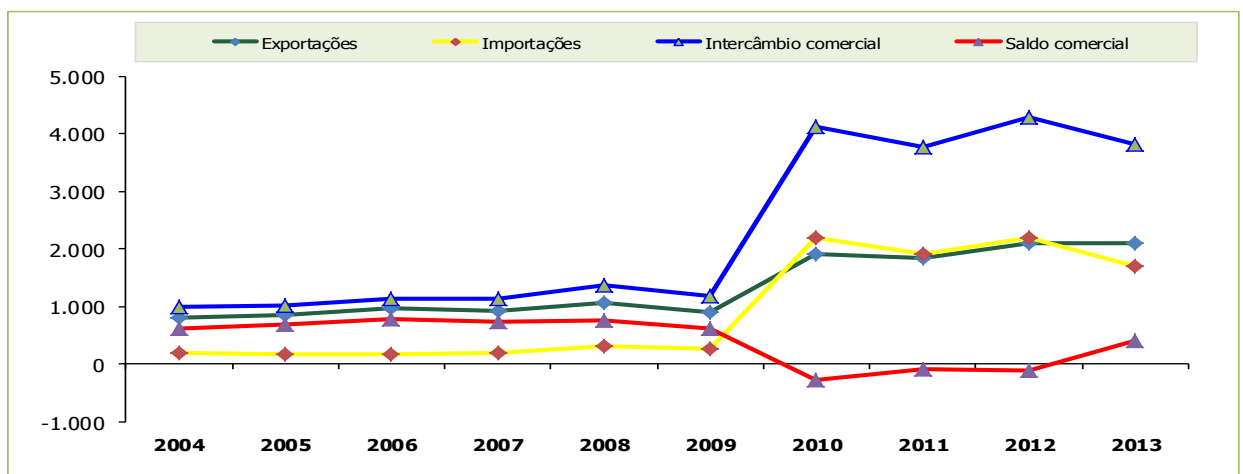


Tabela 2:

Direção das Exportações da Suazilândia⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3⁽²⁾	Part.% no total
África do Sul	1.166	55,2%
China	115	5,4%
Itália	77	3,6%
Estados Unidos	62	2,9%
Espanha	54	2,6%
Portugal	47	2,2%
Moçambique	40	1,9%
Tanzânia	38	1,8%
Paquistão	36	1,7%
Coreia do Sul	33	1,6%
...		
Brasil (60ª posição)	0,5	0,03%
Subtotal	1.669	79,0%
Outros países	443	21,0%
Total	2.112	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais destinos das exportações

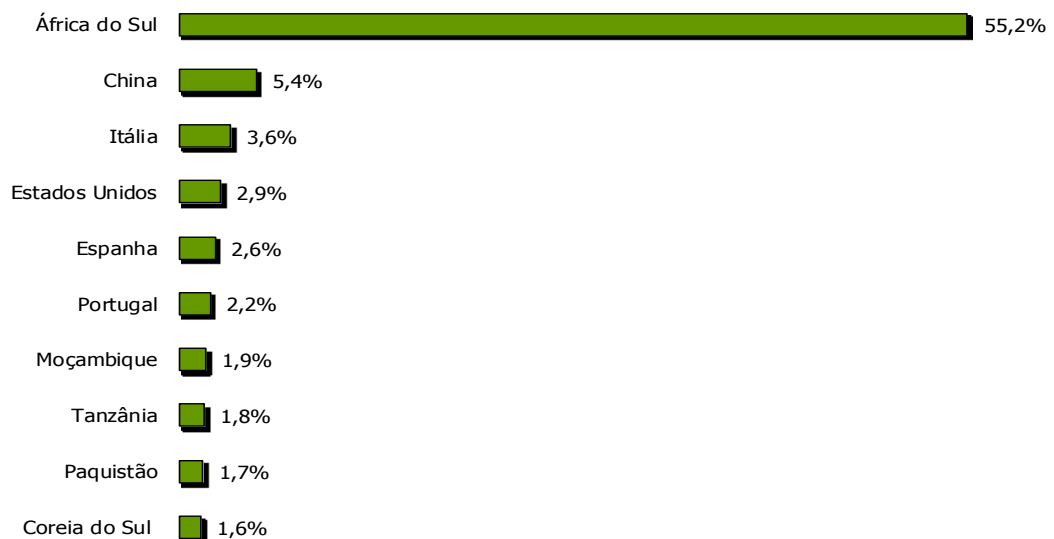


Tabela 3:

Origem das Importações da Suazilândia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽²⁾	Part.% no total
África do Sul	1.516	88,5%
Índia	27	1,6%
China	25	1,5%
Estados Unidos	23	1,3%
Tailândia	13	0,8%
Alemanha	10	0,6%
Taiwan	8	0,5%
Egito	8	0,5%
Colômbia	7	0,4%
Japão	6	0,4%
...		
Brasil (31ª posição)	1	0,1%
Subtotal	1.644	96,0%
Outros países	69	4,0%
Total	1.713	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais origens das importações

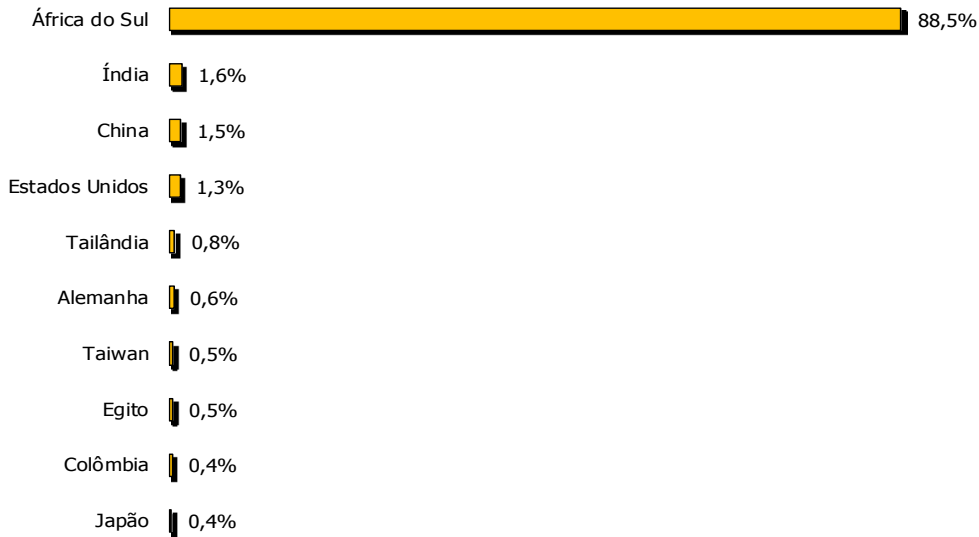


Tabela 4:

Composição das exportações da Suazilândia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3⁽²⁾	Part.% no total
Óleos essenciais	493	23,3%
Açúcar	466	22,1%
Diversos inds químicas	212	10,0%
Minérios	115	5,4%
Vestuário exceto de malha	93	4,4%
Máquinas mecânicas	72	3,4%
Vestuário de malha	70	3,3%
Madeira	62	2,9%
Combustíveis	60	2,8%
Químicos orgânicos	56	2,7%
Subtotal	1.699	80,4%
Outros	413	19,6%
Total	2.112	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais grupos de produtos exportados

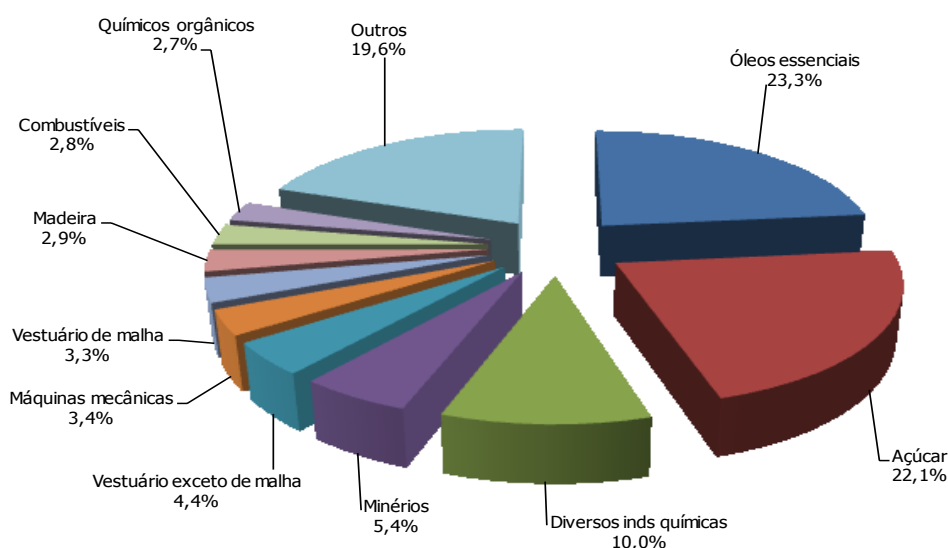


Tabela 5:

Composição das importações da Suazilândia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3⁽²⁾	Part.% no total
Combustíveis	317	18,5%
Automóveis	135	7,9%
Máquinas mecânicas	112	6,5%
Plásticos	76	4,4%
Máquinas elétricas	74	4,3%
Óleos essenciais	59	3,4%
Cereais	53	3,1%
Obras de ferro ou aço	45	2,6%
Papel	44	2,6%
Farmacêuticos	35	2,0%
Subtotal	950	55,5%
Outros	763	44,5%
Total	1.713	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/03/2015.

10 principais grupos de produtos importados

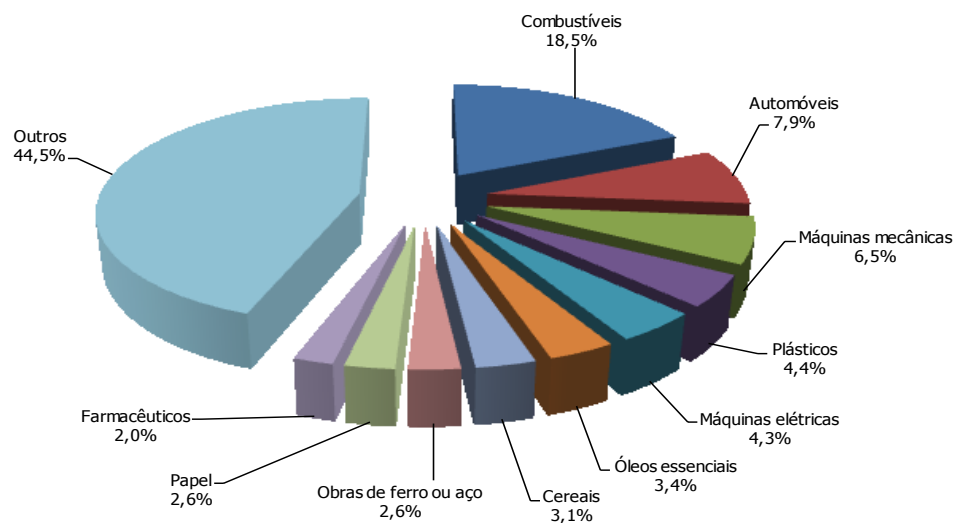


Tabela 6:

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Suazilândia

US\$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	475	-76,9%	0,00%	312	7,9%	0,00%	788	-66,4%	0,00%	163
2006	317	-33,2%	0,00%	232	-25,6%	0,00%	550	-30,2%	0,00%	85
2007	546	72,0%	0,00%	425	82,9%	0,00%	970	76,6%	0,00%	121
2008	2.055	276,7%	0,00%	178	-58,1%	0,00%	2.234	130,2%	0,00%	1.877
2009	874	-57,5%	0,00%	1.561	776,0%	0,00%	2.434	9,0%	0,00%	-687
2010	2.988	242,0%	0,00%	19.762	(+)	0,01%	22.750	834,6%	0,01%	-16.774
2011	3.604	20,6%	0,00%	17.390	-12,0%	0,00%	20.994	-7,7%	0,00%	-13.786
2012	695	-80,7%	0,00%	3.691	-78,8%	0,00%	4.387	-79,1%	0,00%	-2.996
2013	1.363	96,0%	0,00%	532	-85,6%	0,00%	1.895	-56,8%	0,00%	831
2014	527	-61,4%	0,00%	359	-32,6%	0,00%	885	-53,3%	0,00%	168
2015 (jan-fev)	0	#####	0,00%	19	-57,4%	0,00%	19	-91,7%	0,00%	-19
Var. % 2005-2014	10,8%	--	--	14,9%	--	--	12,4%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.c.) Dado não calculado.

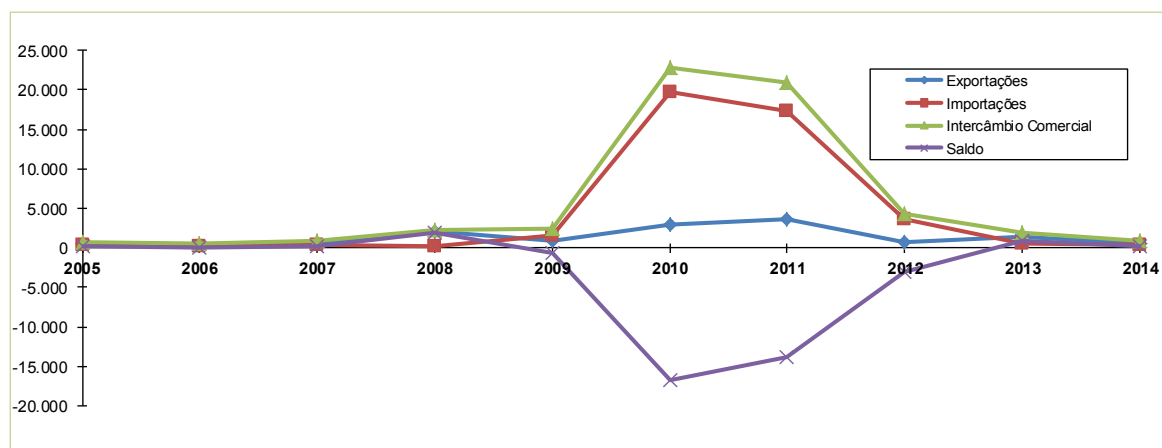


Tabela 7:

Part. % do Brasil no Comércio da Suazilândia US\$ milhões						
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Suazilândia (X1)	0,9	3,0	3,6	0,7	1,4	56,0%
Importações totais da Suazilândia (M1)	280	2.200	1.922	2.199	1.713	511,9%
Part. % (X1 / M1)	0,31%	0,14%	0,19%	0,03%	0,08%	-74,5%
Importações do Brasil originárias da Suazilândia (M2)	1,6	19,8	17,4	3,7	0,5	-65,9%
Exportações totais da Suazilândia (X2)	906	1.923	1.843	2.093	2.112	133,2%
Part. % (M2 / X2)	0,17%	1,03%	0,94%	0,18%	0,03%	-85,4%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.						

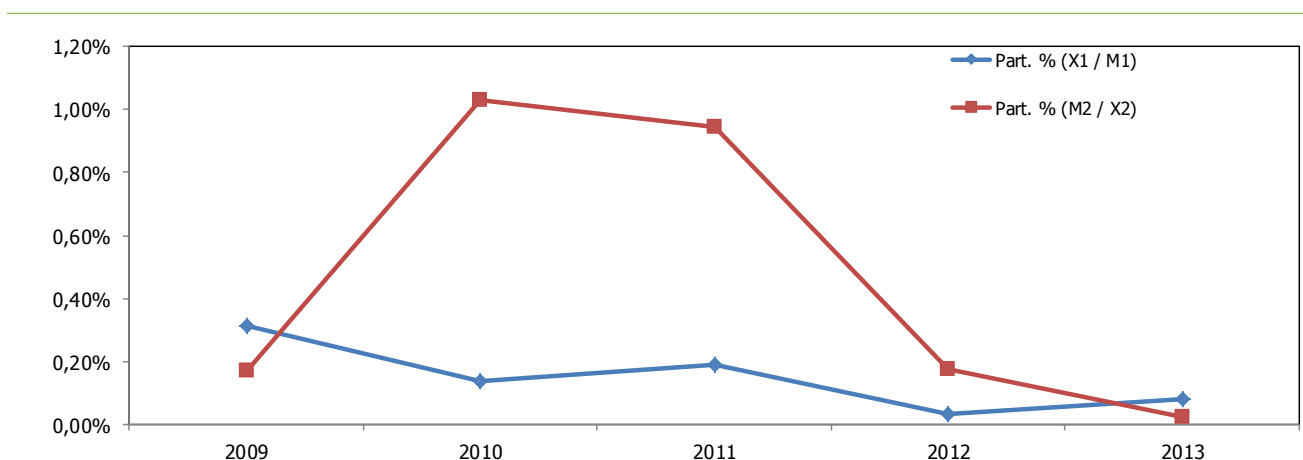
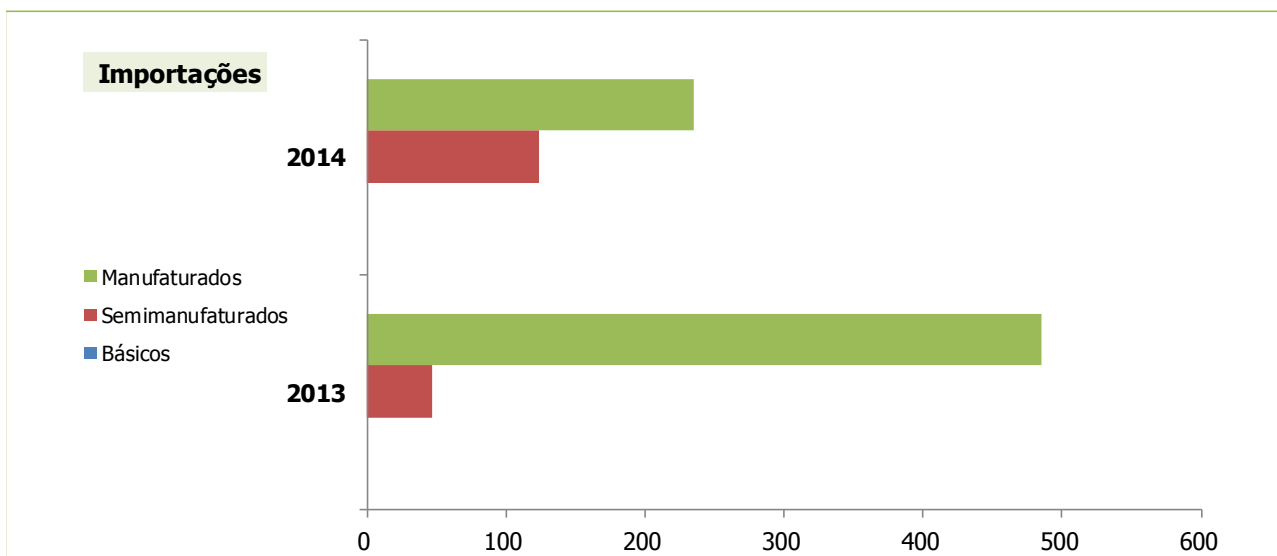
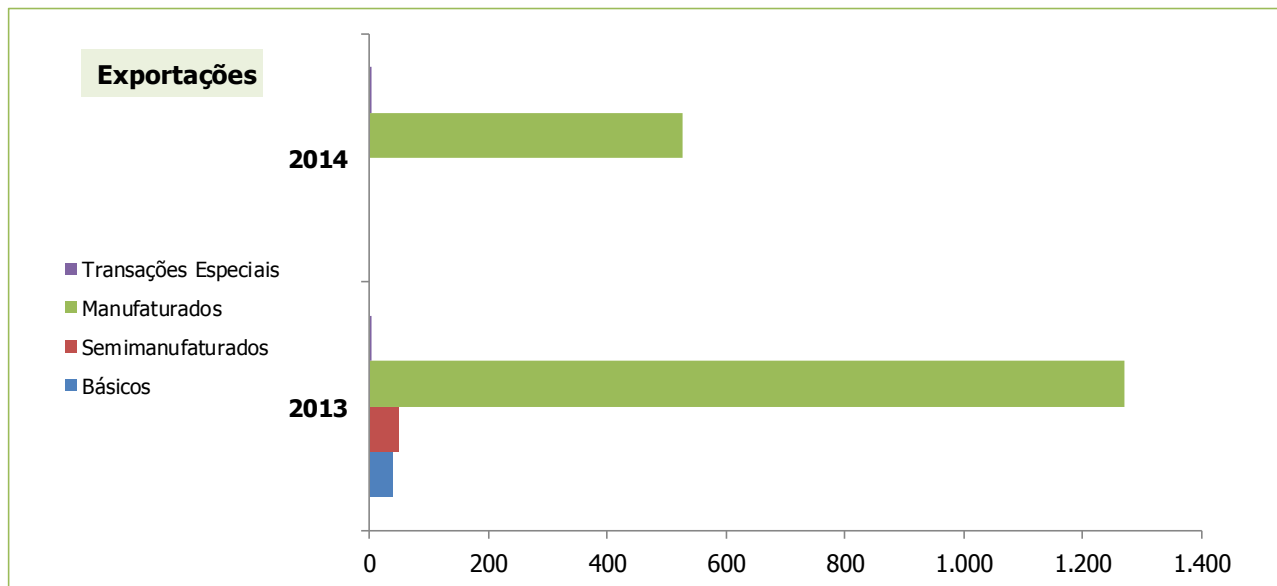


Tabela 8:

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Tabela 9:

Composição das exportações brasileiras para a Suazilândia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	62	8,9%	520	38,2%	437	83,0%
Calçados	26	3,7%	28	2,1%	39	7,4%
Instrumentos de precisão	16	2,3%	23	1,7%	23	4,4%
Cerâmicos	14	2,0%	41	3,0%	21	4,0%
Máquinas mecânicas	329	47,3%	596	43,7%	5	0,9%
Subtotal	447	64,3%	1.208	88,6%	525	99,7%
Outros produtos	248	35,7%	155	11,4%	2	0,3%
Total	695	100,0%	1.363	100,0%	527	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

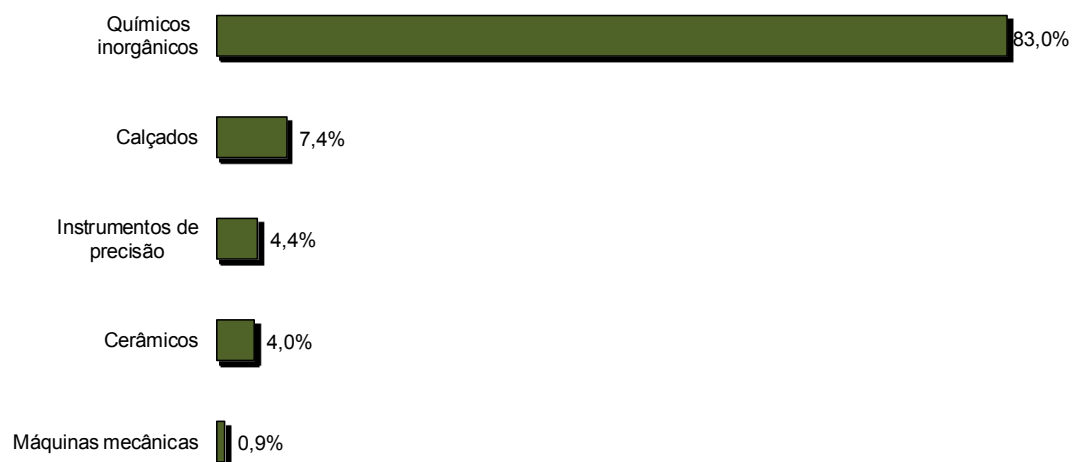


Tabela 10:

Composição das importações brasileiras originárias da Suazilândia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	230	6,2%	172	32,3%	202	56,3%
Açúcar	0	0,0%	47	8,8%	124	34,6%
Instrumentos de precisão	20	0,5%	196	36,8%	23	6,4%
Máquinas elétricas	3.410	92,4%	67	12,6%	7	2,0%
Subtotal	3.660	99,2%	482	90,6%	356	99,2%
Outros produtos	31	0,8%	50	9,4%	3	0,8%
Total	3.691	100,0%	532	100,0%	359	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014

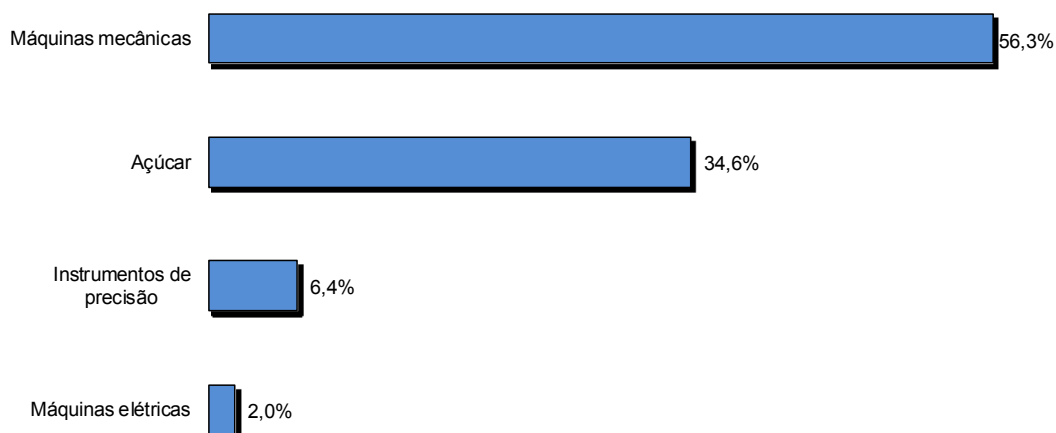


Tabela 11:

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Químicos inorgânicos	183	97,5%	0	0,0%
Instrumentos de precisão	5	2,4%	0	0,0%
Subtotal	188	99,9%	0	0,0%
Outros produtos	0	0,1%	0	0,0%
Total	188	100,0%	0	0,0%

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	11,3	59,0%
Instrumentos de precisão	18,6	41,2%	7,9	40,9%
Subtotal	18,6	41,2%	19,2	99,9%
Outros produtos	26,5	58,8%	0,0	0,1%
Total	45,1	100,0%	19,2	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Tabela 12: Cruzamento da pauta exportadora do Brasil com as importações da Suazilândia

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a demanda importadora da Suazilândia - 2013 - em US\$ mil

Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Suazilândia	Importações totais da Suazilândia	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part.% das exportações brasileiras para a Suazilândia no total das importações da Suazilândia
Total Geral			1.363	1.712.698	242.178.054	1.711.335	0,1%
1º	870421	Automóveis, caminhões e autopeças	0	55.805	4.923.708	55.805	0,0%
2º	330210	Substâncias odoríferas para as indústrias alimentícias ou de bebidas	0	31.605	37.962	31.605	0,0%
3º	300490	Medicamentos	0	23.020	562.106	23.020	0,0%
4º	100590	Milho em grão	0	20.966	6.250.565	20.966	0,0%
5º	401120	Pneus novos de borracha para automóveis e ônibus ou caminhões	0	19.306	925.067	19.306	0,0%
6º	100630	Arroz	0	13.316	188.732	13.316	0,0%
7º	490199	Livros, brochuras e impressos semelhantes	0	10.870	17.444	10.870	0,0%
8º	880330	Partes de aviões ou helicópteros	0	9.486	430.540	9.486	0,0%
9º	390210	Polipropileno	0	9.485	325.993	9.485	0,0%
10º	170410	Gomas de mascar, sem cacau	0	8.382	30.374	8.382	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Tra de map.

(*) Exclui-se petróleo e derivados, por razões específicas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

MADAGASCAR



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE MADAGASCAR	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
GENTÍLICO:	Malgaxe
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km ²
POPULAÇÃO (2013, BM):	22,9 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS:	Malgaxe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões tradicionais (52%); cristianismo (41%); islamismo (7%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, constituído pela Assembleia Nacional (Assemblée Nationale), com 151 assentos e membros eleitos pelo voto popular para mandatos de quatro anos; e pelo Senado (Sénat), com 33 assentos, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, com mandatos de seis anos. O Senado está previsto na Constituição de 2010, porém ainda não foi aprovada legislação regulamentando a sua criação.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Hery Rajaonarimampianina (desde 24 de janeiro de 2014)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro Ministro Jean Ravelonarivo (desde 14 de janeiro de 2015)
CHANCELER:	Arisoa Lala Razafitrimo (desde 2 de fevereiro de 2015)
PIB:	US\$ 11,188 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB PPP:	US\$ 33,642 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB PER CAPITA:	US\$ 475,3 (2014, FMI Est.)
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 1.429 (2014, FMI Est.)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	3,0% (2014); 2,3% (2013); 2,5% (2012); 1,5% (2011)
IDH (2013):	0,498 (155ª posição entre 184 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	64,7 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	64,5% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	8,6% (PNUD, relatório de 2013) 3,8% (Instituto Nacional de Estatística de Madagascar, 2010)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary malgaxe
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Senhora Velotiana Raobelina (Encarregada de Negócios, residente em Washington)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há cidadãos brasileiros registrados

Informação elaborada em 27 de fevereiro pelo TS João Marcelo Costa Melo. Revisada por Pedro Escosteguy

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MADAGASCAR (US\$ mil, FOB) – fonte: MDIC									
Brasil → Madagascar	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	6.793	9.438	24.419	21.363	28.156	22.902	35.252	19.189	24.621
Exportações	6.548	9.234	24.074	21.186	27.954	21.901	33.129	18.240	23.970

Cardoso.

Importações	244	204	345	176	202	1.001	2.122	949	651
Saldo	6.303	9.030	23.729	21.009	27.751	20.900	31.006	17.290	23.319

PERFIS BIOGRÁFICOS

Hery RAJAONARIMAMPIANINA
Presidente



Nascido em 6 de novembro de 1958, Hery Rajaonarimampianina tem origem modesta. Nasceu e passou sua infância e juventude no vilarejo de Antsofi-nondry, na comuna de Sabotsy Namehana, situada 15 km ao norte da capital Antananarivo. Em 1982 concluiu mestrado em administração na Universidade de Antananarivo. Mudou-se para o Canadá, onde seguiu seus estudos e obteve diploma de pós-graduação (DEA) em Contabilidade no ano de 1986. Em 1991 retornou a Madagascar e passou a trabalhar como contador. Em Antananarivo, tornou-se diretor de estudos do National Institute for Business Administration and Accounting Science (INSCAE) e Professor-Assistente na Universidade de Antananarivo. Em 1995, fundou a empresa de contabilidade Auditeurs Associes – C.G.A, em Antananarivo, contando com 50 associados e prestando serviços para empresas nacionais e internacionais do setor privado. Em 2009, Rajaonarimampianina assume o cargo de Ministro das Finanças e do Orçamento do governo do ex-presidente Andry Rajoelina, que havia chegado ao poder naquele ano mediante golpe de Estado. Sem apoio da comunidade internacional, em razão da ilegitimidade do governo malgaxe, e em um ambiente econômico global desfavorável, Rajaonarimampianina logrou conter a inflação e manter a estabilidade do Ariary malgaxe, a moeda nacional. Em 2013, com o apoio do então presidente Rajoelina, ele estrutura a coalizão política Hery Vaovao hoan'i Madagasikara (Novas Forças para Madagascar) e concorre à presidência juntamente com outros 32 concorrentes. Ele vence as eleições no segundo turno, com 53,5% dos votos e toma posse em 25 de janeiro de 2014, para um mandato de cinco anos.

Jean RAVELONARIVO
Primeiro-Ministro



Nascido em 17 de abril de 1959, na comuna de Berevo, a oeste da capital, Jean Ravelonarivo é General de Brigada Aérea desde 1º de fevereiro de 2014. Estudou aviação na escola superior de pilotagem de Kirovograd, na antiga União Soviética, onde aprendeu o idioma russo. De volta a Madagascar, concluiu mestrado em Direito Privado na Universidade de Antananarivo e, posteriormente, obteve o diploma do Terceiro Ciclo em Relações Internacionais no Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos, em Paris. Entre os anos de 1997 e 2002, durante o mandato do ex-presidente Didier Ratsiraka, foi Diretor Geral da Sociedade de Equipamentos Imobiliários de Madagascar (SEIMad), empresa criada pelo estado malgaxe em 1964 com o propósito de construir moradias de baixo custo. Posteriormente, abriu sua própria companhia imobiliária, a J.J. Jean Ravelonarivo é também membro ativo do Rotary Club, onde conheceu o atual presidente e tornou-se seu amigo pessoal.

Béatrice Jeanine ATALLAH
Chanceler



Antes de assumir o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros de Madagascar, Béatrice Jeanine Atallah exerceu a função de Presidenta da Comissão Eleitoral Nacional Independente para a Transição (CENIT), que foi responsável por conduzir as eleições presidenciais e legislativas realizadas em 2013, as primeiras após o golpe de Estado de 2009. Béatrice Atallah foi durante 13 anos magistrada da Corte de Apelação do Tribunal de Antananarivo. Entre os anos de 2002 e 2009, fez parte do Conselho Nacional Eleitoral, pelo qual participou de missões de observação de processos eleitorais em diversos países africanos. Desempenhou ainda a função de Encarregada de Missão junto ao Ministério das Finanças e do

Orçamento durante a gestão do então Ministro e hoje Presidente Hery Rajaonarimampianina. Ela possui certificado de estudos Diplomáticos Superiores pelo Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos de Madagascar (CEDS).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas oficialmente em 7 de outubro de 1996. Desde então, o Brasil mantém Embaixada cumulativa com a Missão em Maputo.

O Embaixador Antonio J. M. de Souza e Silva apresentou as cartas credenciais em Antananarivo, em 16 de julho de 2008. Na ocasião, o Presidente malgaxe solicitou envio de missão técnica brasileira a seu país, voltada para a cooperação agrícola.

A primeira atividade de cooperação técnica bilateral Brasil-Madagascar teve lugar entre 13 e 29 de setembro de 2008, no âmbito da parceria ABC/ JICA (Programa JBPP). Delegação de seis profissionais de saúde malgaxes participaram de curso de treinamento em saúde materno-infantil no Brasil, com vistas à melhoria dos serviços de saúde materno infantil e neonatal em Madagascar. O curso incluiu visitas e treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), além de maternidades em Caruaru (PE) e em São Sebastião (DF).

Durante a crise política vivida por Madagascar entre 2009 e 2013 (ver a seção de política interna), o Brasil, em sintonia com a posição da União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), não reconheceu o Governo resultante do golpe de estado de 2009. Dessa forma, missão da ABC que esteve prevista para ocorrer em 2009 não se concretizou. Em setembro de 2009, durante a 64ª Assembleia Geral da ONU, o Brasil, como membro do Comitê de Credenciais, votou contra a realização de discurso do Presidente *de facto*, Andry Rajoelina, no Debate Geral, o que suscitou agradecimentos por parte da liderança da diáspora malgaxe nos EUA.

Com a realização de eleições no final de 2013 e a inauguração de um Governo legítimo e internacionalmente reconhecido em 2014, as relações bilaterais foram normalizadas. Em fevereiro deste ano, o Governo malgaxe manifestou interesse em enviar missão do Ministério da Educação ao Brasil com vistas a manter contatos no Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, de maneira a avançar na formulação de uma política nacional de alimentação escolar.

Assuntos Consulares

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar. O Setor Consular da Embaixada em Maputo, Moçambique, detém a jurisdição consular brasileira para o país.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos de Madagascar sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Tendo servido como entreposto comercial para árabes, desde o século VII d.C., Madagascar passou a servir de entreposto também para europeus, a partir do século XVII, com a França assumindo o controle absoluto sobre o território em 1895-96. Revoltas nacionalistas iniciadas em 1947 provocaram a reforma das instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência, obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo opositorista Albert Zafy. O novo governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana. Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Em abril de 2002, a Corte Constitucional confirmou o prefeito da capital como vencedor. Em julho de 2002, Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional, fugiram do país e exilaram-se na França.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de 5 anos.

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o Governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a deposição do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma “Autoridade Nacional de Transição” (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo Governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da SADC e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores - os três ex-presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador da SADC. Após diversas tentativas, logrou-se consenso, em 2011, em torno de um "Mapa do Caminho", pelo qual as autoridades transitórias se comprometeram com a criação das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana, bem como com a realização de eleições.

As eleições, inicialmente previstas para 2012, foram finalmente realizadas no final de 2013, após acordo pela retirada de candidaturas inicialmente apresentadas por Rajoelina, pela esposa de Ravalomanana e por Ratsiraka. Apoiado por Rajoelina, Hery Rajaonarimampianina (sem partido) venceu o segundo turno com 53,3% dos votos, contra 46,5% de Jean-Louis Robinson, apoiado por Ravalomanana. Nas eleições legislativas, o partido de Rajoelina, Miaraka Amin i Prezida Andry Rajoelina (MAPAR), ganhou 49 assentos; o Movimento Ravalomanana, do ex-Presidente deposto, ganhou 20 assentos; e os restantes assentos ficaram distribuídos entre independentes (25), o partido Vondrona Politika (13 assentos) e 25 outros pequenos partidos. Embora os resultados tenham sido contestados por Ravalomanana, as diversas missões internacionais de observação eleitoral (SADC, União Africana, União Europeia) coincidiram na avaliação de que as eleições foram livres, justas e pacíficas. Com o retorno à ordem constitucional, foram retiradas as suspensões que impediam a participação de Madagascar na União Africana e na SADC.

Ao longo do período de exceção, entre 2009 e final de 2013, Madagascar sofreu com a implementação de sanções por parte da comunidade internacional e viu retirados fundos externos que beneficiavam o país. O prolongamento da incerteza institucional levou à acentuada piora dos indicadores econômicos e sociais do país.

Não obstante a realização de eleições reconhecidas internacionalmente, persistem focos de tensão política. Em outubro de 2014, Marc Ravalomanana foi detido em Antananarivo, depois de retornar clandestinamente ao país e convocar conferência de imprensa na qual questionou a legitimidade do Governo eleito. Em março de 2015, Ravalomanana permanecia em detenção domiciliar.

Outro ponto diz respeito à insatisfação do Presidente Rajoelina, que apoiara a candidatura de Rajaonarimampianina em 2013, com a independência assumida pelo seu ex-aliado (e antigo Ministro da Fazenda). Em 2014, Rajoelina frustrou-se ao ser aliado do processo de escolha do Primeiro-Ministro Roger Kolo. Em janeiro de 2015, Rajoelina decidiu contestar judicialmente a nomeação do novo Primeiro-Ministro Jean Ravelonarivo, alegando contradição com o artigo 54 da constituição, que determina que o Primeiro-Ministro seja designado pelo grupo majoritário no Parlamento. Ambos os ex-aliados reivindicam a maioria parlamentar: Rajoelina aponta para coalização de 80 parlamentares construída nos últimos meses; o Presidente, para a Plataforma para a Maioria Presidencial, composta por 112 parlamentares.

Madagascar conta com uma Assembleia Nacional , composta por 151 assentos, com membros eleitos pelo voto popular para mandatos de quatro anos. A constituição de 2010 prevê também um Senado (33 assentos, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, com mandatos de seis anos), mas ainda não foi aprovada legislação regulamentando a criação do Senado.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitaram suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido bastante ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro,

tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela intensidade.

A política externa do governo do Presidente Marc Ravalomanana buscou reforçar as relações com os países interessados em ajudar no desenvolvimento de Madagascar, em especial os Estados Unidos (o país chegou a ser um dos maiores recipiendários da “Millenium Challenge Account”). Procurou, igualmente, fortalecer as relações com países anglófonos, especialmente com a África do Sul, como meio de contrarrestar a tradicionalmente forte influência francesa. Em agosto de 2005, o país tornou-se oficialmente o 14º membro pleno da SADC.

O advento da crise política em 2009 alterou os rumos da política externa malgaxe, dando início a 5 anos de sanções e intensa participação da União Africana e, sobretudo, da SADC nas negociações com vistas à normalização da política interna no país. As eleições de 2013 levaram ao levantamento de sanções e à retomada da participação nos organismos dos quais o país havia sido suspenso (União Africana, SADC, Organização Internacional da Francofonia). O FMI e a União Europeia retomaram o apoio financeiro ao país em meados de 2014 e os EUA restauraram, a partir de janeiro de 2015, a participação malgaxe no "African Growth and Opportunity Act" (AGOA), programa que oferece acesso preferencial ao mercado norte-americano para países africanos selecionados.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conjuntura Econômico-Comercial

A crise política vivida entre 2009 e o final de 2013 restringiu o crescimento econômico do país, que chegou a exibir índice negativo em 2010 (-0,4%). O crescimento de 3% em 2014 reflete o início de uma recuperação após o retorno à normalidade política.

A economia do país é, em larga medida, baseada na agricultura, na criação de gado e na pesca. O setor agrícola ocupa aproximadamente 70% da força de trabalho da ilha e a agricultura carece de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores. Os principais produtos agrícolas são arroz e café, seguidos por outras culturas menos relevantes: cana-de-açúcar, mandioca e banana. A produção de arroz no período de 2013 a 2014 foi muito prejudicada pela incidência de pragas, cujo combate vem sendo objeto de apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O país é dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política, no início de 2009, cerca da metade das receitas governamentais

provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional em Madagascar. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos Estados Unidos, foi igualmente prejudicado. Espera-se que a restauração do acesso preferencial ao mercado norte-americano em 2015, ao amparo do AGOA, impulse as exportações de têxteis.

O turismo internacional vem ganhando importância econômica e, tendo mantido patamares expressivos mesmo ao longo da crise política iniciada em 2009, poderá beneficiar-se de uma recuperação econômica na Europa.

Na indústria de mineração merecem destaque as reservas de níquel, titânio e cobalto. A Mina Ambavoty de níquel refinado e de cobalto, projeto da ordem de US\$ 6,3 bilhões, iniciou recentemente suas operações e deverá tornar-se um dos maiores projetos mundiais no setor ao atingir sua capacidade máxima.

O setor petrolífero de Madagascar passa por processo de expansão, devido às reservas descobertas na última década. O país tem tentado atrair, nos últimos anos, investidores estrangeiros dispostos a investir em seus blocos onshore e offshore, esforço prejudicado, no entanto, pela instabilidade política e incertezas acerca da viabilidade econômica dos blocos petrolíferos. No momento, o grupo austríaco OMV e a norte-americana ExxonMobil desenvolvem atividades de exploração, ao passo que a Madagascar Oil encontra-se em estágio mais avançado, pretendendo iniciar a primeira fase de produção comercial já em 2015.

Comércio

As exportações malgaxes de bens mostraram evolução favorável na última década, considerando que passaram de US\$ 836 milhões em 2005, para o patamar de US\$ 2,158 bilhões em 2014. Em termos relativos, a expansão observada no período foi de 158%. Os principais destinos para as exportações globais de Madagascar, em 2014, foram: França (22,8% do total); Estados Unidos (8,4%); Bélgica (6,6%); Países Baixos (6,5%); Coreia do Sul (6,3%); China (4,5%); Alemanha (4,4%); África do Sul (4,4%). O Brasil foi o 57º destino para a oferta exportável do país, com participação de 0,03%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global de Madagascar, em 2014: níquel e manufaturas (27,2% do total); artigos de vestuário (20,5%); café e chá (11,5%); pescados (5,1%); minérios (4,5%); obras de metais comuns (4,0%); combustíveis e lubrificantes (3,8%); preparações de carne (2,2%); algodão (2,1%).

No que concerne às importações, Madagascar comprou do mundo, em 2005, US\$ 1,686 bilhão. Em 2014, o patamar elevou-se para US\$ 3,240 bilhões, um crescimento relativo de 92%. Os principais supridores das importações

malgaxes, em 2014, foram: Emirados Árabes Unidos (17,8% de participação); China (15,5%); Índia (6,2%); França (6,1%); África do Sul (4,6%); Paquistão (4,1%); Bareine (3,7%). O Brasil, com 1,0% de participação, foi o 21º fornecedor de bens para Madagascar. Os principais grupos de produtos da importação global do país, em 2014, foram: combustíveis e lubrificantes (22,3% do total geral); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (7,5%); veículos e autopeças (5,3%); cereais (5,2%); máquinas e instrumentos elétricos (4,7%); cimento (4,7%); lã (3,9%); produtos farmacêuticos (3,1%); manufaturas de plástico (3,1%); ferro fundido, ferro ou aço (2,6%).

Vale ressaltar que a balança comercial do país é tradicionalmente deficitária. Nessas condições, em 2014, o déficit de Madagascar em suas transações comerciais de bens somou US\$ 1,082 bilhão, com redução de 13,2% em relação a 2012.

Relações Comerciais Bilaterais

De 2005 a 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e Madagascar cresceu 94%, evoluindo de US\$ 12,7 milhões, para US\$ 24,6 milhões. Em 2014, o intercâmbio registrou novo aumento de 28,3% em comparação com 2013. O crescimento do comércio entre os dois países, em 2014, deu-se, principalmente, pelo aumento das exportações, uma vez que as importações brasileiras originárias de Madagascar têm pouca representatividade no total das trocas comerciais entre os dois países. O saldo comercial é, portanto, tradicionalmente favorável ao Brasil e, no último triênio, os superávits foram: US\$ 31,0 milhões (2012); US\$ 17,3 milhões (2013); e US\$ 23,3 milhões (2014). Em 2014, o superávit com Madagascar foi 34,8% superior àquele apurado em 2013.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para Madagascar cresceram 91%, de US\$ 12,6 milhões em 2005, para US\$ 23,9 milhões em 2014. Vale notar que, no último ano da série, quando as vendas registraram crescimento de 31,4% em relação ao ano anterior, essa dinâmica pode ser explicada, principalmente, pelo crescimento das vendas de açúcar (valor de US\$ 20,1 milhões; incremento de 37,7%), principal produto exportado pelo Brasil para o parceiro africano em 2014 (valor de US\$ 20,3 milhões; equivalentes a 84,7% do total). Além do açúcar, as vendas brasileiras para Madagascar em 2014 foram marcadas pelos seguintes produtos: farelo de soja (valor de US\$ 763 mil; ou 3,2%); pneus novos de borracha (valor de US\$ 321 mil; ou 1,3%); caramelos, confeitos, dropes, pastilhas e produtos semelhantes sem cacau (valor de US\$ 295 mil; ou 1,2%); e tratores (valor de US\$ 286 mil; ou 1,2% do montante total). No primeiro bimestre

de 2015, as exportações retraíram-se em 38,6% comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No que se refere às importações, de 2005 a 2014 as compras brasileiras originárias de Madagascar apresentaram crescimento de 356%, evoluindo de US\$ 143,0 mil, em 2005, para US\$ 651,0 mil, em 2014. Em 2014, todavia, as importações brasileiras registraram uma queda de 31,4% em relação ao ano anterior. Esse decréscimo deveu-se, principalmente, à queda nas aquisições de níquel e suas obras. Entre janeiro e fevereiro de 2015, as importações cresceram 700,0% (valor de US\$ 424 mil) motivadas pelas aquisições de ferro fundido, ferro e aço. Os principais produtos importados do parceiro africano pelo Brasil em 2014 foram: *(i)* vestuário e seus acessórios (valor de US\$ 422,1 mil; equivalentes a 64,8% do total); *(ii)* produtos químicos orgânicos (valor de US\$ 65,0 mil; ou 9,9%); *(iii)* óleos essenciais e resinoides (valor de US\$ 43,0 mil; ou 6,6%); *(iv)* pedras preciosas, exceto diamantes (valor de US\$ 36,0 mil; ou 5,5%); *(v)* obras de couro (valor de US\$ 33,0 mil; ou 5,1% do montante total adquirido).

A partir do cruzamento estatístico entre as pautas exportadora brasileira e importadora malgaxe, em 2014, é possível identificar oportunidades para as exportações brasileiras em diversos segmentos do setor produtivo nacional. Com base no Sistema Harmonizado (SH6), os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local, em princípio, são os seguintes: *(i)* arroz; *(ii)* medicamentos; *(iii)* açúcar; *(iv)* automóveis para transporte de mercadorias; *(v)* barras de ferro ou aço, laminadas; *(vi)* óleo de dendê; *(vii)* torneiras e válvulas para canalizações; *(viii)* massas alimentícias, não cozidas; *(ix)* óleo de soja em bruto; *(x)* preparações alimentícias para animais.

Investimentos Brasileiros

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros em Madagascar. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos de Madagascar no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1880-1905	França consolida seu domínio sobre Madagascar.
1910-20	Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946	Madagascar se torna Território Ultramarino.
26/06/1960	Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975	O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeado República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito presidente.
1992	Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993	Albert Zafy eleito presidente.
1996	Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à presidência.
Mai de 2001	Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001	Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.
Fevereiro de 2002	Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002	A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002	Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002	O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004	O BM e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US\$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006	Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007	O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento.
Março de 2009	Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).
Out/Dez de 2013	Realização de eleições presidenciais e legislativas
Janeiro de 2014	Inauguração do mandato do Presidente Hery Rajaonarimampianina

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Outubro de 1996	Estabelecimento de relações bilaterais. Brasil passa a manter Embaixada cumulativa com a missão em Maputo.
Janeiro de 2009	O Governo brasileiro não reconhece Governo instalado após golpe de estado.
Janeiro de 2014	Relações normalizadas, após a inauguração de Governo legítimo.

ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Madagascar.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Tabela 1

Evolução do Comércio Exterior de Madagascar US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	0,84	-80,9%	1,69	-61,5%	2,52	-81,6%	-0,85
2006	1,01	20,6%	1,76	4,4%	2,77	9,8%	-0,75
2007	1,34	33,2%	2,45	38,9%	3,79	36,9%	-1,10
2008	1,67	24,1%	3,85	57,5%	5,52	45,6%	-2,18
2009	1,10	-34,3%	3,16	-18,0%	4,26	-22,9%	-2,06
2010	1,08	-1,3%	2,55	-19,4%	3,63	-14,7%	-1,46
2011	1,47	76,0%	2,96	75,4%	4,43	75,6%	-1,49
2012	1,22	-16,8%	2,66	-10,1%	3,88	-12,3%	-1,43
2013	1,84	50,1%	3,09	16,0%	4,92	26,8%	-1,25
2014	2,16	17,4%	3,24	5,0%	5,40	9,6%	-1,08
Var. % 2004-2013	158,2%	--	92,2%	--	114,1%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(n.c.) Dado não calculado.*

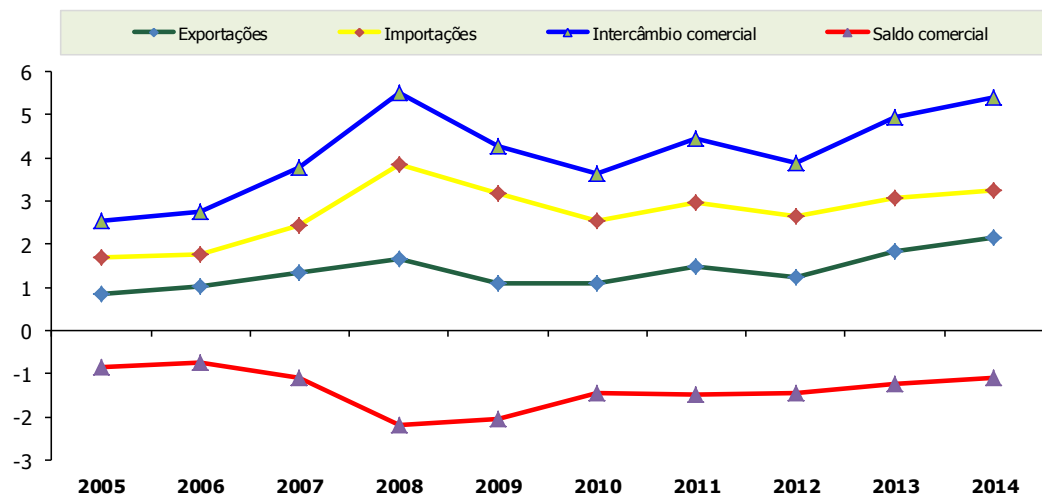


Tabela 2

Direção das Exportações de Madagascar US\$ milhões		
Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
França	491	22,8%
Estados Unidos	182	8,4%
Bélgica	142	6,6%
Países Baixos	141	6,5%
Coreia do Sul	136	6,3%
China	98	4,5%
Alemanha	96	4,4%
África do Sul	95	4,4%
Canadá	69	3,2%
Índia	66	3,1%
...		
Brasil (57ª posição)	1	0,03%
Subtotal	1.517	70,3%
Outros países	641	29,7%
Total	2.158	100,0%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.		

10 principais destinos das exportações

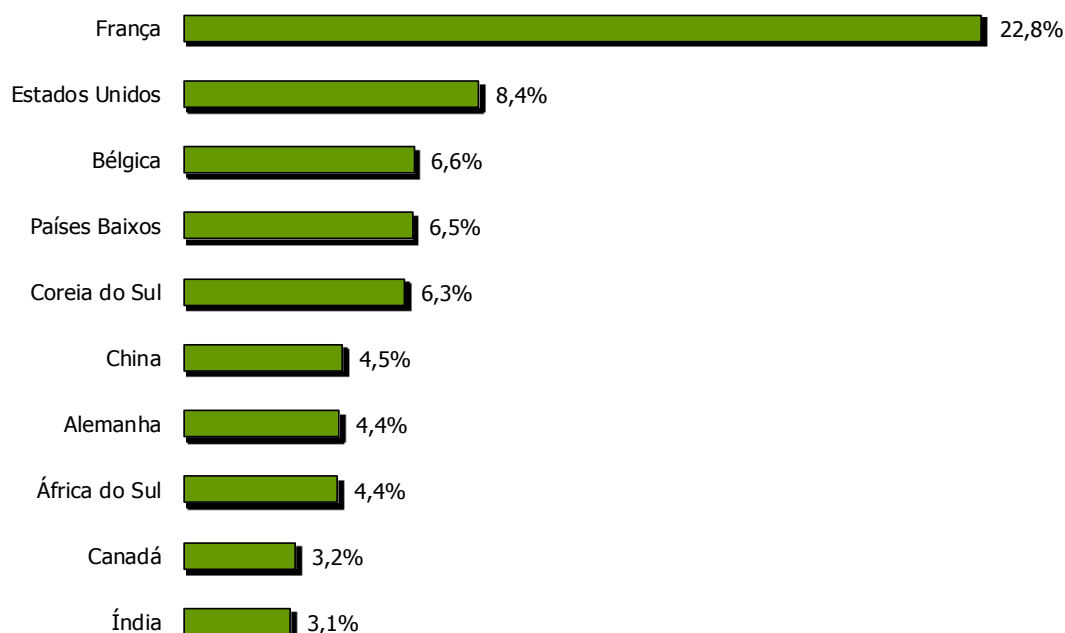


Tabela 3

Origem das Importações de Madagascar US\$ milhões		
Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Emirados Árabes Unidos	576	17,8%
China	502	15,5%
Índia	202	6,2%
França	198	6,1%
África do Sul	150	4,6%
Paquistão	132	4,1%
Bareine	121	3,7%
Maurício	108	3,3%
Estados Unidos	104	3,2%
Alemanha	90	2,8%
...		
Brasil (21ª posição)	33	1,0%
Subtotal	2.216	68,4%
Outros países	1.024	31,6%
Total	3.240	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais origens das importações

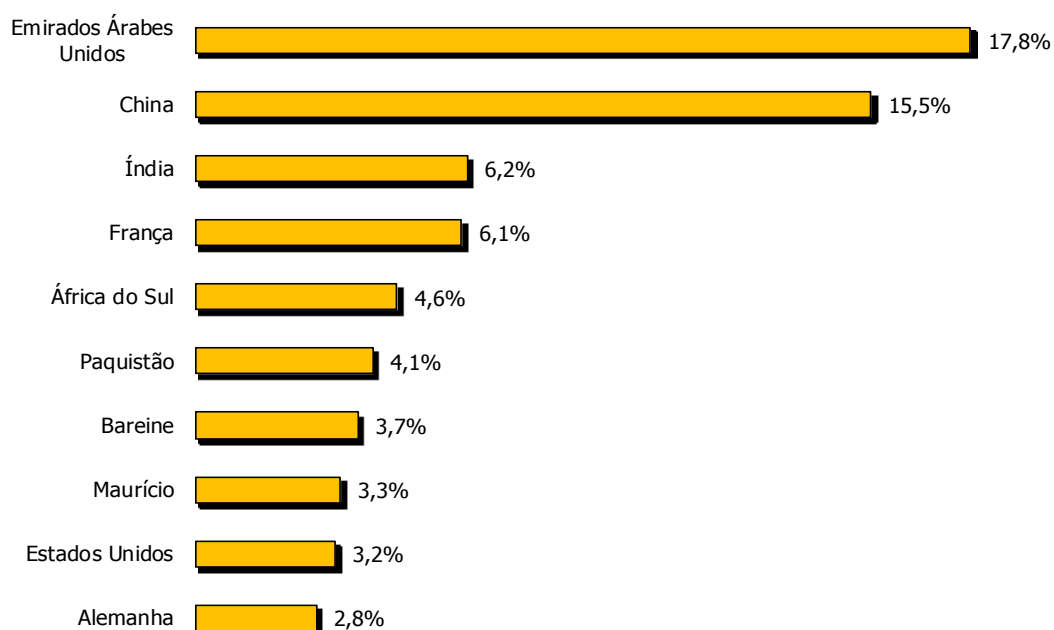


Tabela 4

Composição das exportações de Madagascar
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Níquel	586	27,2%
Café	248	11,5%
Vestuário exceto de malha	238	11,0%
Vestuário de malha	206	9,5%
Pescados	109	5,1%
Minérios	98	4,5%
Obras de metais comuns	86	4,0%
Combustíveis	81	3,8%
Preparações de carnes	48	2,2%
Algodão	45	2,1%
Subtotal	1.745	80,9%
Outros	413	19,1%
Total	2.158	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

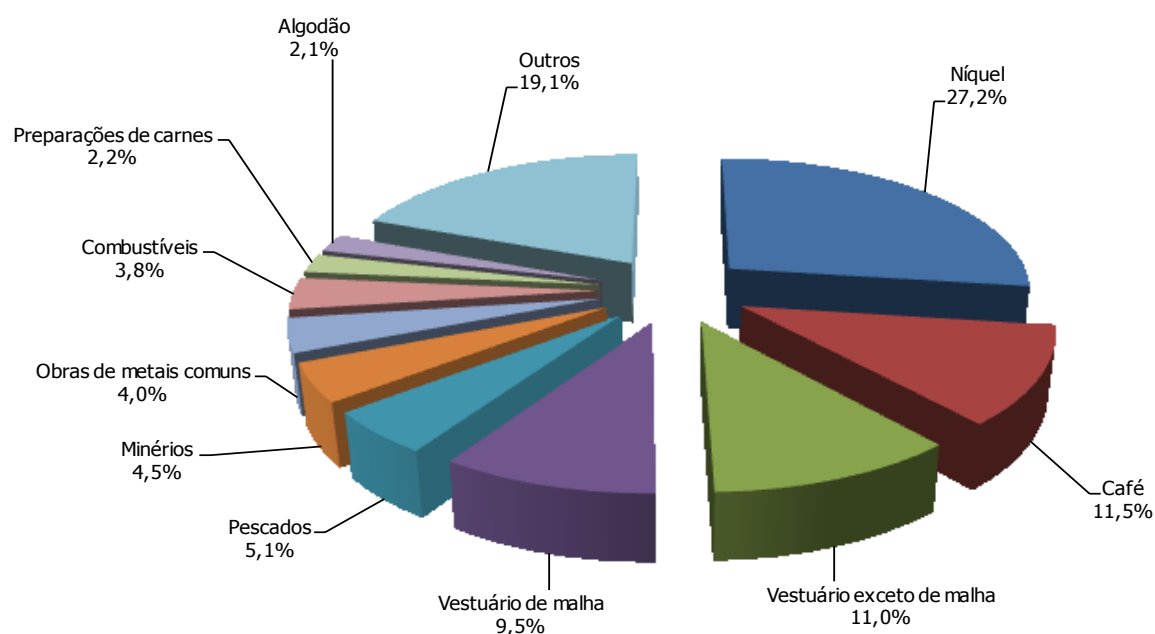


Tabela 5

Composição das importações de Madagascar
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	721	22,3%
Máquinas mecânicas	243	7,5%
Automóveis	171	5,3%
Cereais	167	5,2%
Máquinas elétricas	151	4,7%
Sal, enxofre, terras, cimento	151	4,7%
Lã	126	3,9%
Farmacêuticos	102	3,1%
Plásticos	100	3,1%
Ferro e aço	84	2,6%
Subtotal	2.016	62,2%
Outros	1.224	37,8%
Total	3.240	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais grupos de produtos importados

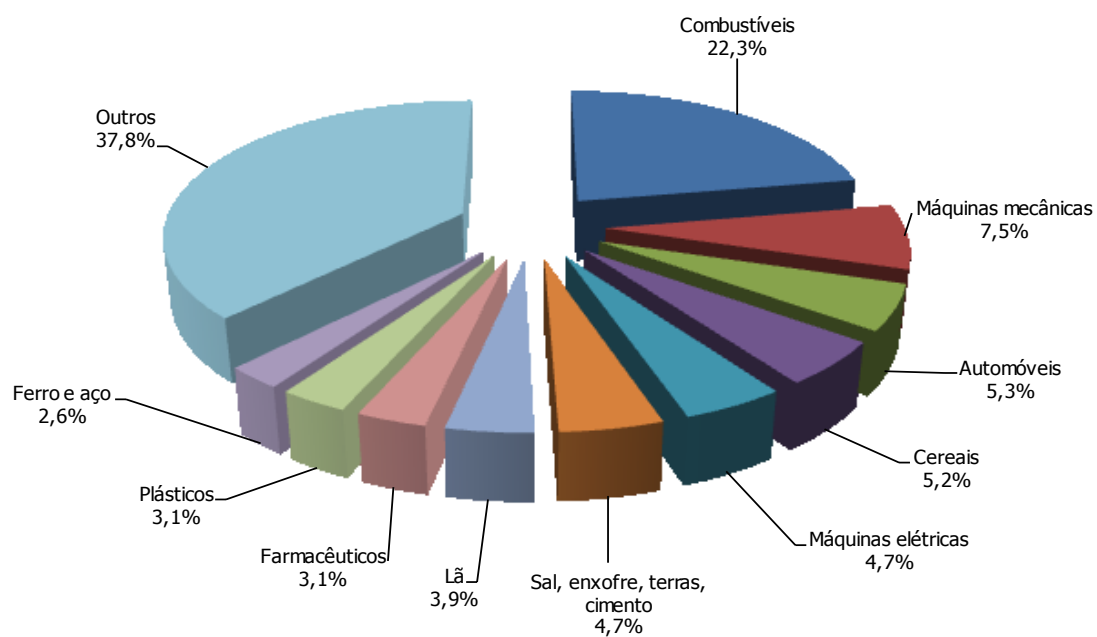


Tabela 6

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Madagascar

US\$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	12.583	0,5%	0,01%	143	-32,6%	0,00%	12.726	-0,1%	0,01%	12.440
2006	6.548	-48,0%	0,00%	245	71,3%	0,00%	6.793	-46,6%	0,00%	6.304
2007	9.235	41,0%	0,01%	204	-16,5%	0,00%	9.439	38,9%	0,00%	9.030
2008	24.074	160,7%	0,01%	345	69,1%	0,00%	24.420	158,7%	0,01%	23.729
2009	21.187	-12,0%	0,01%	177	-48,7%	0,00%	21.364	-12,5%	0,01%	21.010
2010	27.954	31,9%	0,01%	203	14,4%	0,00%	28.157	31,8%	0,01%	27.752
2011	21.901	-21,7%	0,01%	1.001	394,4%	0,01%	22.903	-18,7%	0,00%	20.900
2012	33.130	51,3%	0,01%	2.123	112,0%	0,00%	35.253	53,9%	0,01%	31.007
2013	18.240	-44,9%	0,01%	949	-55,3%	0,00%	19.190	-45,6%	0,00%	17.291
2014	23.970	31,4%	0,01%	651	-31,4%	0,00%	24.622	28,3%	0,01%	23.319
2015 (jan-fev)	2.356	-38,6%	0,01%	424	700,8%	0,00%	2.780	-28,5%	0,00%	1.931
Var. % 2005-2014	90,5%	--	--	356,0%	--	--	93,5%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.c.) Dado não calculado.



Tabela 7

Part. % do Brasil no Comércio de Madagascar						
US\$ mil						
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Madagascar (X1)	28,0	21,9	33,1	18,2	24,0	-14,3%
Importações totais de Madagascar (M1)	2.957	2.659	3.085	3.240	2.158	-27,0%
Part. % (X1 / M1)	0,95%	0,82%	1,07%	0,56%	1,11%	17,5%
Importações do Brasil originárias de Madagascar (M2)	0,2	1,0	2,1	0,9	0,7	221,5%
Exportações totais de Madagascar (X2)	1.472	1.225	1.838	2.158	3.240	120,2%
Part. % (M2 / X2)	0,01%	0,08%	0,12%	0,04%	0,02%	46,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

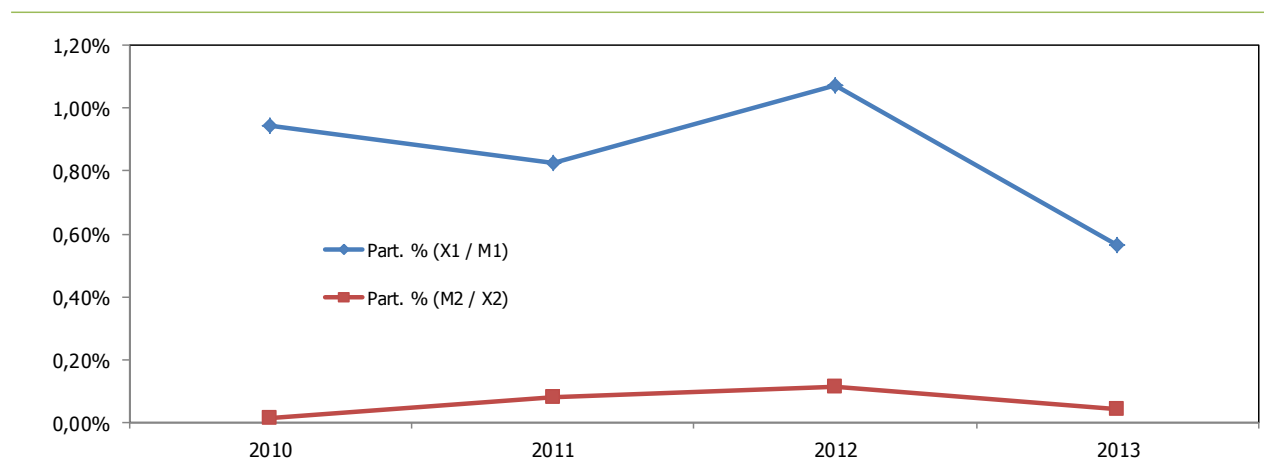


Tabela 8

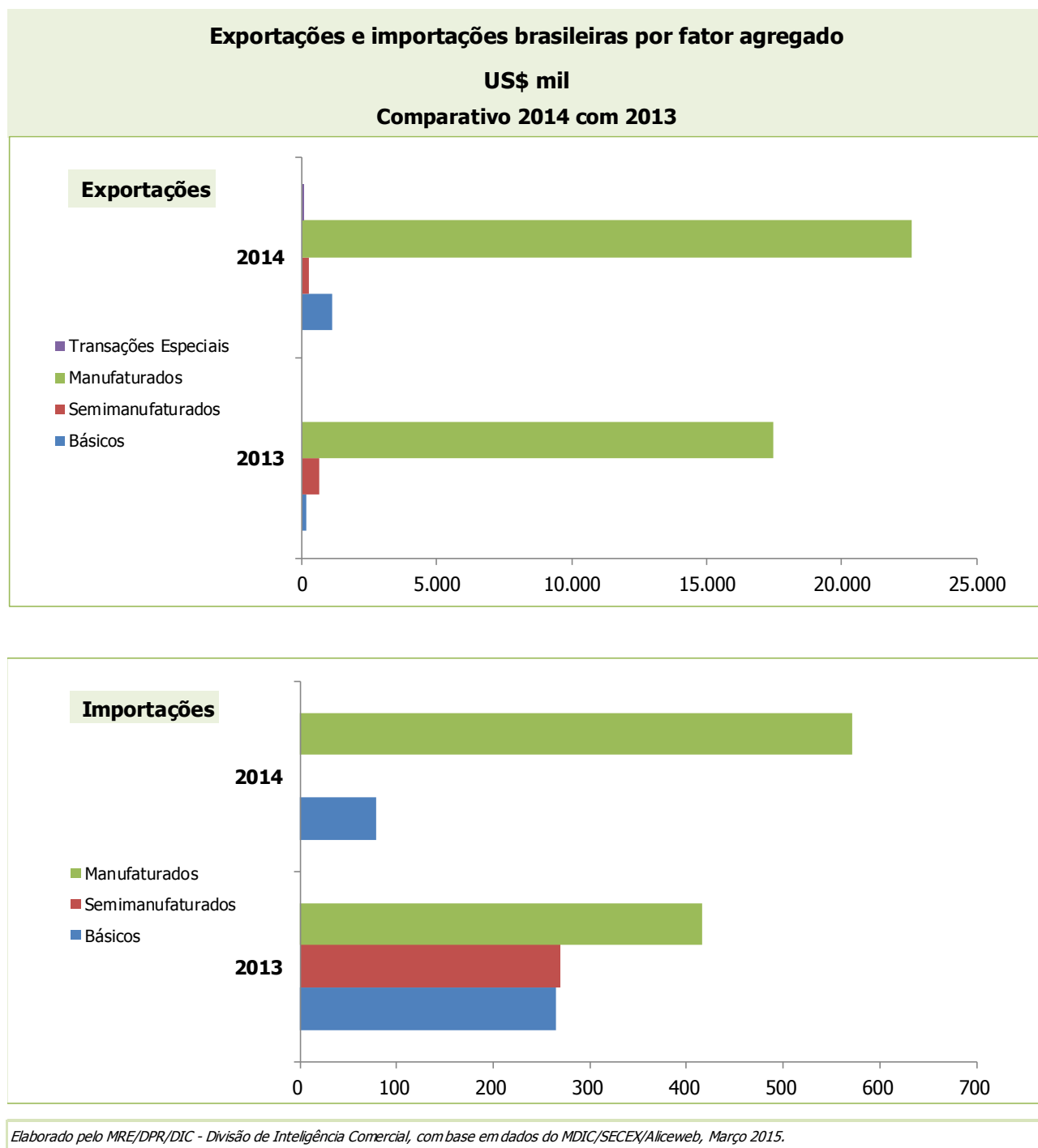


Tabela 9

Composição das exportações brasileiras para Madagascar						
US\$ mil, fob						
Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	24.737	74,7%	15.814	86,7%	20.730	86,5%
Farelo de soja	0	0,0%	32	0,2%	889	3,7%
Borracha	362	1,1%	595	3,3%	568	2,4%
Cerâmicos	75	0,2%	85	0,5%	391	1,6%
Automóveis	414	1,2%	217	1,2%	295	1,2%
Subtotal	25.588	77,2%	16.743	91,8%	22.873	95,4%
Outros produtos	7.542	22,8%	1.497	8,2%	1.097	4,6%
Total	33.130	100,0%	18.240	100,0%	23.970	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

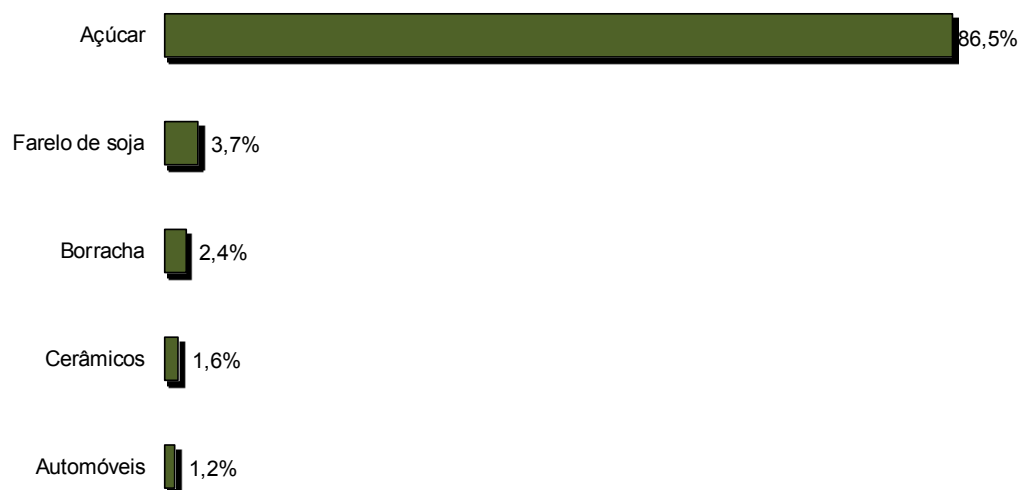


Tabela 10

Composição das importações brasileiras originárias do Madagascar						
US\$ mil, fob						
Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Vestuário exceto de malha	149	7,0%	117	12,3%	290	44,5%
Vestuário de malha	48	2,3%	78	8,2%	133	20,4%
Químicos orgânicos	0	0,0%	129	13,6%	65	10,0%
Óleos essenciais	25	1,2%	27	2,8%	43	6,6%
Ouro e pedras preciosas	26	1,2%	23	2,4%	36	5,5%
Obras de couro	0	0,0%	1	0,1%	33	5,1%
Café	500	23,6%	199	21,0%	22	3,4%
Soja em grãos	10	0,5%	20	2,1%	15	2,3%
Matérias para entrançar	10	0,5%	8	0,8%	7	1,1%
Tecidos especiais	11	0,5%	1	0,1%	6	0,9%
Subtotal	779	36,7%	603	63,5%	650	99,8%
Outros produtos	1.344	63,3%	346	36,5%	1	0,2%
Total	2.123	100,0%	949	100,0%	651	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014

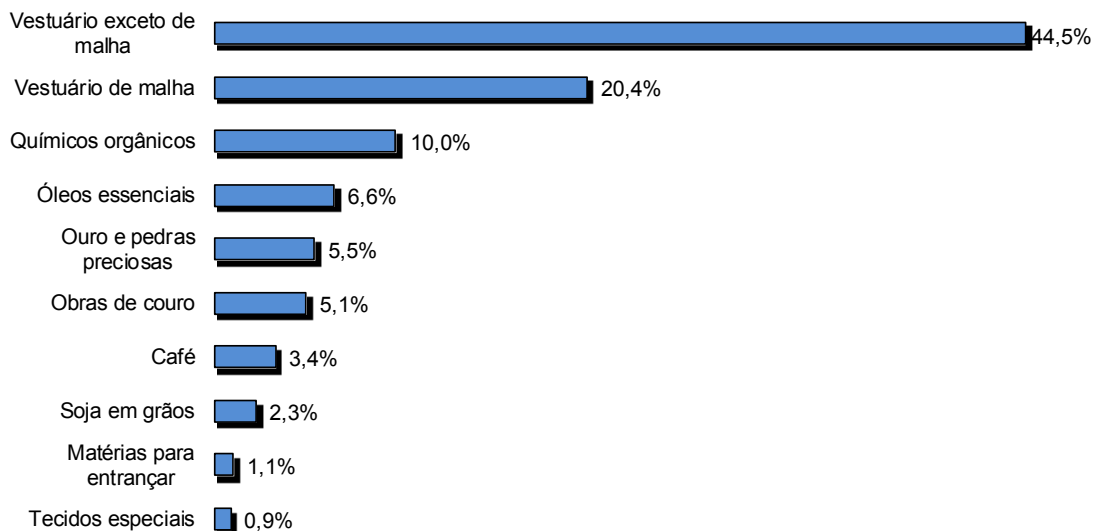


Tabela 11

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)					Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
US\$ mil, fob					
DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	
Exportações					
Açúcar	3.696	96,4%	2.181	92,6%	
Borracha	0	0,0%	88	3,7%	
Preparações alimentícias	0	0,0%	46	2,0%	
Subtotal	3.696	96,4%	2.315	98,3%	
Outros produtos	138	3,6%	41	1,7%	
Total	3.834	100,0%	2.356	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015				
Importações				
Ferro e aço	0	0,0%	316	74,5%
Vestuário de malha	12	22,6%	61	14,4%
Obras de couro	0	0,0%	14	3,3%
Vestuário de malha	13	24,5%	13	3,1%
Ouro e pedras preciosas	1	1,9%	12	2,8%
Óleos essenciais	7	13,2%	5	1,2%
Subtotal	33	62,3%	421	99,2%
Outros produtos	20	37,7%	3	0,8%
Total	53	100,0%	424	100,0%

Ferro e aço	316
Vestuário de malha	61
Obras de couro	14
Vestuário de malha	13
Ouro e pedras preciosas	12
Óleos essenciais	5

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.